



Projeto

**DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO  
BRASILEIRO**

Relatório

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICA REGIONAL NA CHINA**

**RICARDO MACHADO RUIZ**  
FACE/CEDEPLAR-UFMG  
BELO HORIZONTE, JULHO DE 2004.

## CONTEÚDO

### **1. INTRODUÇÃO: ECONOMIA E POLÍTICA CHINESA NO PÓS-GUERRA**

1.1. A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (1949-1979)

1.2. A ABERTURA ADMINISTRADA (1979-2004)

### **2. POLÍTICA REGIONAL: DO PLANEJAMENTO AOS MERCADOS REGULADOS**

2.1. CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA COM DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA (1949-1979)

2.2. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA COM CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA (1979-2004)

### **3. AS DESIGUALDADES REGIONAIS**

3.1. A CONVERGÊNCIA POSTERGADA

3.2. UM MERCADO DE TRABALHO REGULADO

3.3. AS AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS

3.4. DESIGUALDADES NA ECONOMIA RURAL

3.5. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

### **4. LIÇÕES PARA O BRASIL**

#### **REFERÊNCIAS**

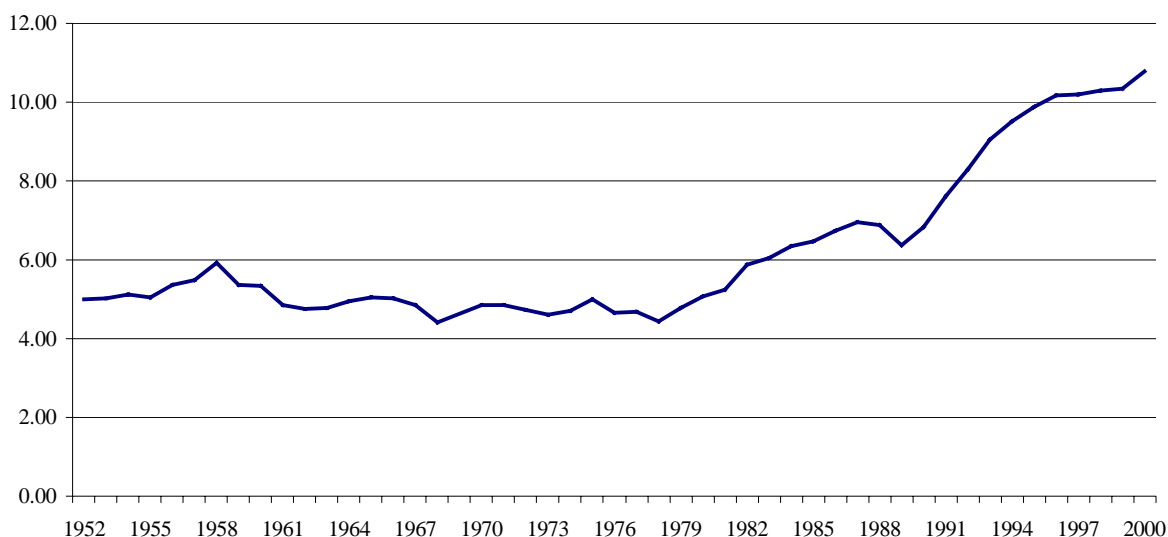
**ANEXO 1:** LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS DE DESENVOLVIMENTO ESPECIAIS EM 2004

**ANEXO 2:** POLÍTICA TRIBUTÁRIA NAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS EM 2004

## 1. INTRODUÇÃO: ECONOMIA E POLÍTICA CHINESA NO PÓS-GUERRA

Um quinto da população mundial é chinesa. Até recentemente, nos jornais e revistas, essa era a mais típica caracterização que se fazia da China. Nos dias atuais uma segunda característica foi associada a essa primeira: a China é, também, o país que tem apresentado as maiores taxas de crescimento econômico. Desde o final dos anos 70 a China tem crescido a taxas superior a 5% ao ano e, durante vários anos, o crescimento do PIB tem alcançado marcas superiores a 10%. Mantida essa performance, em mais algumas décadas é certo que a China se tornará o maior mercado do mundo para qualquer indústria, superando os Estados Unidos da América e a Europa. (gráficos 1 e 2)

**Gráfico 1: Relação entre a economia chinesa e americana (%)**

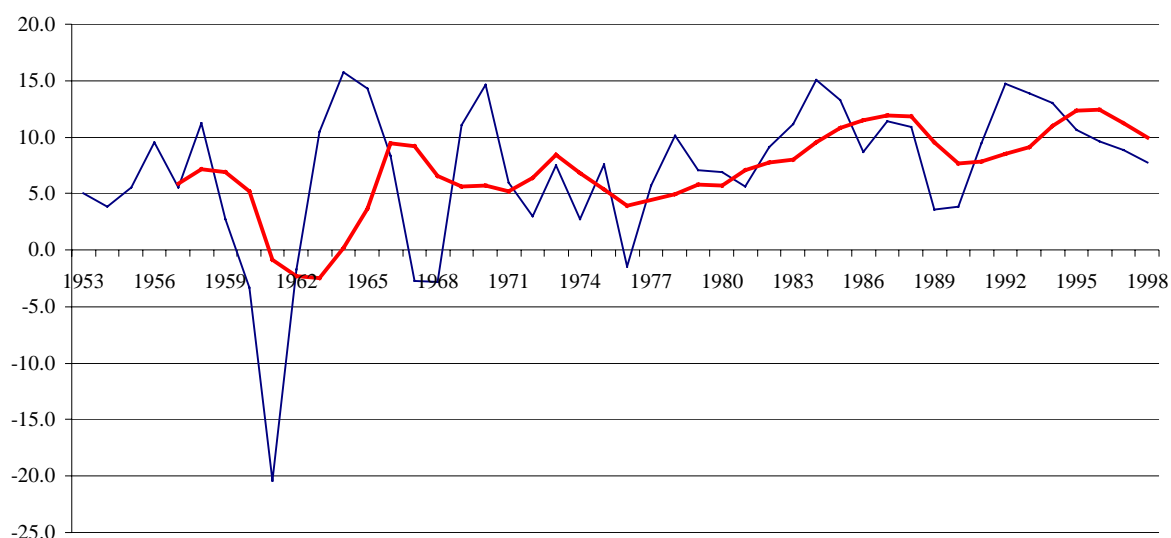


Fonte: Penn World Table / World Bank.

Essa visão otimista sobre o futuro chinês é marcante no debate sobre desenvolvimento econômico. Contudo, há de se registrar que esse crescimento tem incontáveis problemas e desequilíbrios. Pode-se citar: uma industrialização que não considera qualquer impacto no meio ambiente; uma parte significativa da infra-estrutura de transporte e de geração e transmissão de energia é precária; a agricultura é pouco produtiva; do ponto de vista de muitos países a China pratica *dumping* social, o que dá sobrevida a uma industrialização pouco competitiva; os fluxos comerciais e financeiros são severamente controlados pelo governo central; a “economia de mercado chinesa” apresenta elevados níveis de corrupção; não existe liberdade de expressão; a

repressão política é intensa e recorrente; não obstante os controles do Estado, as concentrações urbanas apresentam sinais de clara deterioração; e há crescentes assimetrias regionais que, recentemente, têm gerado instabilidades políticas. Os pessimistas afirmam, portanto, que as elevadas taxas de crescimento chinesas não estão garantidas. Surpresas podem ocorrer.

**Gráfico 2: Taxa anual e média móvel (5 anos) de crescimento real do PIB chinês (%)**



Fonte: Penn World Table / World Bank.

As discordâncias sobre o futuro chinês são as mais variadas, mas alguns pontos são consensuais. Primeiro, a China é um estado unificado: não há qualquer sinal de uma fragmentação territorial e, após a reunificação de Hong Kong em 1997, o mais provável é o oposto. Segundo, a China é um grande potência asiática e mundial. Alguns ousam dizer que na Ásia, a China possui um poder político superior ao do Japão e da Rússia e equivalente ao dos Estados Unidos. Terceiro, a China é um país em desenvolvimento, onde uma peculiar concepção socialista está articulada, convive e se mistura com práticas capitalistas, algumas modernas e outras extremamente antiquadas. Quarto, o desenvolvimento chinês foi (e ainda é) regulado por um governo central com forte viés nacionalista que coordena instituições, organizações sociais, a legislação e a economia. Quinto, a China é um sério problema ambiental: a industrialização chinesa no pós-guerra não apresenta qualquer preocupação com preservação ambiental.

O objetivo desse relatório é comentar uma única peça do mosaico chinês: o seu desenvolvimento econômico recente e, mais especificamente, como este se apresenta na sua

dimensão regional. Para tanto, o trabalho foi dividido em vários tópicos. Nas duas partes seguintes serão descritas sucintamente as políticas econômicas e regionais chinesas após a constituição da República Popular da China até o período recente. De modo geral pode-se dividir esse período em dois sub-períodos. O primeiro vai de 1949 a 1979, quando o desenvolvimento econômico refletiu a visão de um grupo político liderado por Mao Tsetung (1893-1976). O segundo período inicia-se em 1979 e se prolonga até os dias de hoje. Esse segundo sub-período se caracteriza por uma “abertura econômica administrada”, um projeto econômico concebido por Deng Xiaoping (1904-1997) e que ainda está em curso.

### **1.1. A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (1949-1979)**

Em Outubro de 1949, depois de décadas de conflitos políticos e militares, o Partido Comunista Chinês (PCC), liderado por Mao Tsetung derrota as forças armadas lideradas por Chiang Kaishek (1887-1975). Derrotado, Kaishek se refugia na província de Taiwan e funda a República da China, de onde articula uma contra-ofensiva nunca realizada.

A consolidação do PCC no poder gerou profundas mudanças na economia chinesa herdada do antigo regime. Uma das primeiras medidas implementadas foi a reforma agrária, que reduziu e regulou drasticamente as atividades agrícolas privadas e estimulou um processo de coletivização da produção agrícola e estatização da produção industrial. As terras tomadas dos grandes proprietários foram distribuídas para grupos de trabalhadores rurais, que formariam comunas agrícolas. O cultivo da terra passaria a ser coletivo e a produção dividida entre aqueles que cultivavam o lote de terra estipulado pelo governo local. Uma parte da produção seria transferida ao Estado, que se encarregaria da redistribuição do produto em escala regional e nacional.

Nas atividades industriais a China adotou o modelo soviético: controle centralizado de uma produção orientada por planos quinquenais. O primeiro plano quinquenal é de 1953 e seus objetivos foram aprofundar a coletivização da produção agrícola e industrializar tendo como base empresas estatais. Para levar a frente a industrialização, a China recebeu apoio sistemático da URSS. Devido à ausência de recursos financeiros, físicos e tecnológicos, a URSS foi obrigada a transferir técnicos, tecnologias e até mesmo plantas industriais completas para o território chinês. Foi esse apoio soviético um determinante fundamental da reorganização e reconstrução econômica chinesa, em particular na industrialização pesada.

**Tabela 1: Distribuição da população economicamente ativa**

	Emprego (milhares)				Emprego (participação)			
	Estatal	Coletivo	Privado	Total	Estatal	Coletivo	Privado	Total
1952	15 800	230	8 830	24 860	0.64	0.01	0.36	1.00
1957	24 510	6 500	1 040	32 050	0.76	0.20	0.03	1.00
1965	37 380	12 270	1 710	51 360	0.73	0.24	0.03	1.00
1975	64 260	17 720	240	82 220	0.78	0.22	0.00	1.00
1980	80 190	24 250	810	105 250	0.76	0.23	0.01	1.00
1990	103 460	35 490	6 710	145 660	0.71	0.24	0.05	1.00
1994	112 140	32 850	15 570	160 560	0.70	0.20	0.10	1.00
1996	112 440	30 160	23 290	165 890	0.68	0.18	0.14	1.00

Fonte: Han & Pannell (1999)

O relativo sucesso do primeiro plano quinquenal não consolidou de um padrão de gestão da economia. Mao Tsetung desejava uma expansão econômica ousada e combinada com amplas reformas políticas: o “Grande Salto à Frente”. O objetivo desse plano era aprofundar a coletivização das atividades agrícolas por meio da criação de comunas em todas as regiões. As comunas seriam responsáveis pela implementação local de tarefas definidas pelo governo central. Essas tarefas abarcavam da organização da produção e distribuição local de produtos até a construção de infra-estruturas regionais e defesa territorial por meio de milícias locais. Essa seria a “transição chinesa” do socialismo ao comunismo.

Os trágicos resultados dessas mudanças na organização da produção foram notórios: em 1957 a produção agrícola era de 195 milhões de toneladas de grãos e em 1960 a colheita tinha caído para menos de 150 milhões de toneladas. Alguns analistas reportam que de 10 a 30 milhões de pessoas morreram devido a desestruturação da produção agrícola e seus consequentes impactos na produção industrial. O gráfico 2 mostra a brutal queda na taxa de crescimento do PIB no final dos anos 50 e início dos 60.

O fracasso do “Grande Salto à Frente” foi acompanhado ainda por conflitos políticos com a URSS e Índia. Em 1960, o governo soviético reduz abruptamente toda a assistência a China e a rivalidade com a URSS se torna pública. Em 1962 há um rápido conflito fronteiriço com a Índia. A esses conflitos políticos e militares se somaram a outros, como a Guerra na Coreia na década dos 50 e a forte presença norte-americana em Taiwan que mantinha o regime de Mao sobre persistente tensão militar. Em suma, a China tinha suas fronteiras ao norte e oeste e sul guardadas por nações hostis, e no seu litoral existia ainda a presença militar dos EUA.

Após o abandono dos experimentos políticos do “Grande Salto à Frente”, a China recupera os níveis de produção industrial e agrícola. Essa recuperação foi resultado da reorganização da produção comunal que cedeu espaço ao cultivo privado da terra e à abertura de mercado rurais locais. Alguns articuladores dessa recuperação foram Liu Shaoqi e Deng Xiaoping.

Essa progressiva expansão de atividades não-comunais levou Mao Tsetung a uma reação política que reorganizava a produção coletivizada e recuperava seu prestígio político. Em 1966, Mao inicia a Revolução Cultural, uma contra-ofensiva as propostas “capitalistas privatizantes” de Shaoqi e Xiaoping. Em 1968, depois de meses desorganização política, “comitês revolucionários” são formados para restaurar a ordem em várias cidades e regiões. Com a restauração do poder político de Mao, Deng Xiaoping é excluído dos fóruns decisórios do PCC, Liu Shaoqi é aprisionado e morre em 1969 e, em 1971, Li Biao, o sucessor oficial de Mao, é morto em acidente aéreo depois de uma suposta tentativa de golpe de Estado e fuga para a URSS.

O fracasso da política econômica durante os 60, a inclusão da URSS no rol dos inimigos fronteiriços e a crescente tensão política interna leva Mao Tsetung para uma abrupta e surpreendente reaproximação com os Estados Unidos, que se inicia em 1972 com uma viagem de Nixon à China e reestabelecimento de relações diplomáticas.

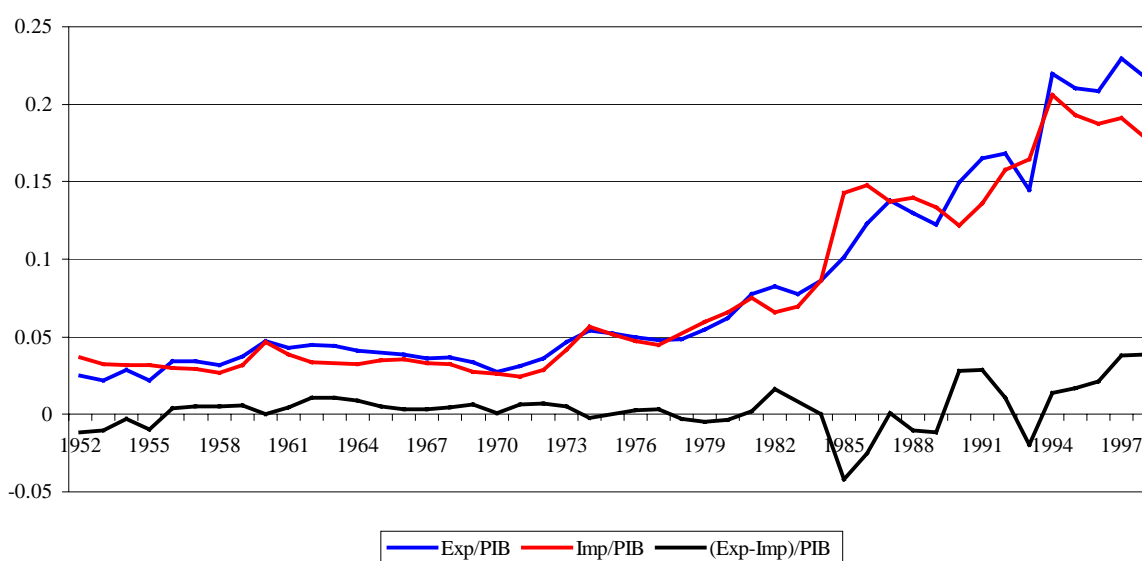
As disputas internas entre Mao Tsetung e forças contrárias - onde atuava Deng Xiaoping - continuam nos anos 70. Em 1973, Xiaoping volta ao centro do poder como vice-premier e defende a desregulamentação da economia. Em 1975 é anunciado o plano denominado “As Quatro Modernizações” (modernização da agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas). No decorrer dos 70 há uma lenta e progressiva desregulamentação e privatização da economia que reforça as forças políticas que apoiaram desde de sempre os projetos políticos de Xiaoping. Contudo, somente com a morte de Mao Tsetung, em 1976, que as propostas liberalizantes alcançam o status de política econômica.

## **1.2. A Abertura Administrada (1979-2004)**

A ascensão de Deng Xiaoping ao poder produziu rápidas mudanças na estrutura econômica. A primeira medida implementada foi a descoletivização das áreas rurais e a abertura da economia para investimentos diretos estrangeiros e expansão do comércio exterior (gráfico 3).

As atividades rurais passaram a ser reguladas por contratos (sistema de responsabilidades) que determinavam um nível mínimo de produção agrícola que deveria ser vendido ao Estado por um preço fixo. Qualquer excedente poderia ser consumido ou vendido em mercados locais, também organizados pelas reformas. Esses contratos tinham prazos de 15 a 30 anos e garantiam a posse da terra caso o agricultor alcançasse o nível mínimo estipulado. Em apenas cinco anos houve uma generalização desses contratos, o que levou a um rápido crescimento da produção privada ao mesmo tempo em que a produção coletivizada era reduzida. Em 1983 a produção agrícola alcança a marca de 400 milhões de toneladas, gerando um crescimento quase que proporcional na renda rural. Essa inicial e bem sucedida reforma agrícola consolidou, em boa medida, a liderança política de Xiaoping frente aos que defendiam as propostas políticas de Mao Tsetung.

**Gráfico 3: Evolução do comércio exterior chinês (1952-1998, % do PIB)**

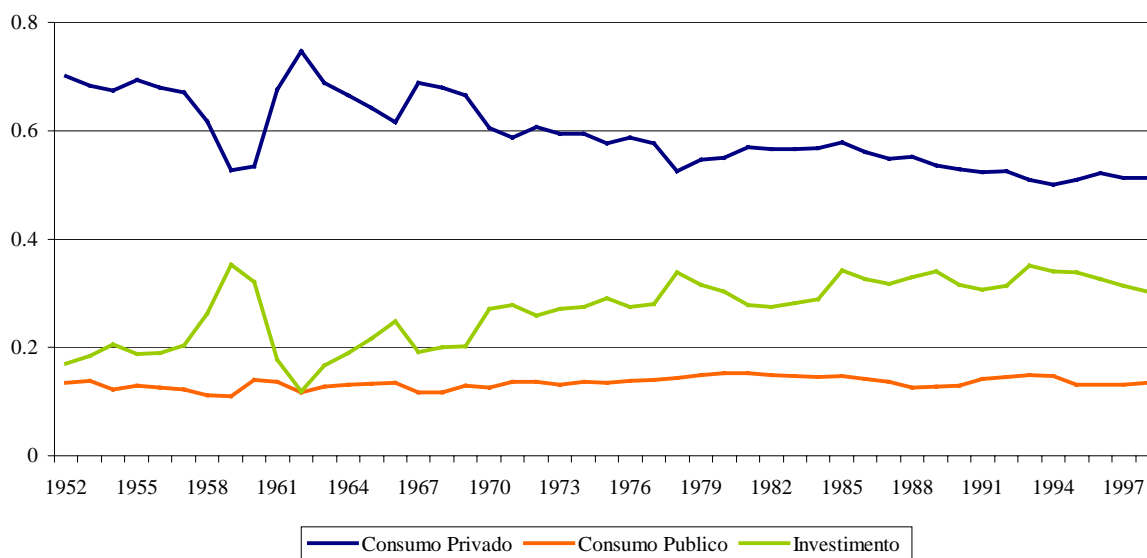


Fonte: Penn World Table / World Bank.

A expansão da renda agrícola permitiu que trabalhadores fossem alocados para empresas de propriedade do poder público local. Essas empresas, organizadas e geridas pelos governos municipais, desenvolviam atividades manufatureiras leves, intensivas em trabalho e, na grande maioria das vezes, utilizavam tecnologias ultrapassadas. Absorviam, assim, um excedente de mão-de-obra sempre presente nas atividades agrícolas. Durante os anos 80, parte crescente da renda rural

foi resultado dessas atividades manufatureiras. Em 1985, mais de 45% da renda de moradores rurais era resultado dessas manufaturas em pequenas escala.

**Gráfico 4: Consumo e investimento chinês (1952-1997, %).**



Fonte: Penn World Table / World Bank.

A liberalização das atividades econômicas dos planos centrais e a permissão para organização de empresas públicas locais foi um estímulo para investimentos diretos estrangeiros de multinacionais. Empresas localizadas em Taiwan, Hong Kong, Japão e Coréia do Sul implementaram estratégias de desverticalização transferindo para o território chinês atividades intensivas em mão-de-obra. Empresas norte-americanas, então sofrendo forte concorrência asiática dentro do seu próprio mercado americano, foram outras a usufruir dessa desregulamentação da economia.

Os investimentos diretos estrangeiros concentraram-se, inicialmente, em regiões geograficamente delimitadas: as zonas econômicas especiais (ZEE). Na primeira fase de criação das ZEE, as províncias de Guangdong e Fujian foram consideradas prioritárias e transformadas em ZEE em 1979 e 1980. Localizadas no sudeste da China, Guangdong e Fujian “cercavam” a então possessão inglesa de Hong Kong e ilha de Taiwan. Essas ZEE serviriam de bolsão de amortecimento para a expansão capitalista no interior da China e, no futuro, essas províncias se tornariam rivais das ilhas capitalistas costeiras sob controle externo.

Essas duas ZEE eram regiões costeiras, possuíam sistema próprio de abastecimento de água e energia e amplas extensões de terras disponíveis a custo zero. A proximidade com Taiwan favoreceria a atração de investimentos diretos estrangeiros, sub-contratação e viabilizaria a desverticalização produtiva de multinacionais. Para Hong Kong, Guangdong viabilizaria a expansão do parque produtivo nas proximidades das matrizes, já então espremidas em um pequeno pedaço de terra. Portanto, a escolha de Guangdong e Fujian tem importantes dimensões geopolíticas: rivalizariam economicamente e politicamente com Hong Kong e Taiwan, cuja posse é reclamada pela China desde 1949 (Wu, 1996).

A abertura econômica chinesa foi também marcada por tensões. As ZEE de Guangdong e Fujian apresentaram, inicialmente, um *boom* imobiliário especulativo detonado pela arrendamento de terras em áreas próximas a portos, rodovias e nas cercanias de Hong Kong. Quanto aos investimentos industriais - os priorizados pelo governo central - não se concretizaram no montante esperado. A liberalização de inversões estrangeiras e privadas nacionais passavam por longos tramites legais que favorecia a corrupção. Além do mais, a abertura comercial facilitou o contrabando de produtos para dentro do território chinês.

Enquanto isso, nas áreas rurais, a privatização gerava uma imensa quantidade de mão-de-obra subutilizada (desempregada) e a falência das fazendas coletivas. A desigual expansão das empresas rurais intensificava os conflitos locais e regionais, e as disparidades de renda inter-provinciais, urbano-rural, intra-rural e intra-urbano já em meados dos anos 80.

Em 1985, as leis que regulavam as ZEE foram modificadas: era uma tentativa reduzir a corrupção e a especulação imobiliária e estimular os investimento diretos estrangeiros industriais. Essas mudanças eram também uma reação de Xiaoping contra os conservadores que, então, aumentavam as críticas à expansão capitalista em um país socialista.

Além de reformar as ZEE, Xiaoping ampliou sua base de sustentação política criando novas ZEE em Shangai, Tianjin e em outras províncias costeiras. Também foram criadas várias “Cidades Abertas” ao investimento estrangeiros e estimulado o surgimento de empresas privadas chinesas no entorno das empresas multinacionais. Em 1992, todas as capitais das províncias do interior e regiões autônomas foram abertas ao investimento privado. Para estimular a absorção de tecnologias, foram constituídas as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico. Em 1994 existiam 33 desses parque tecnológicos espalhados pelas províncias chinesas (ver anexo 1 para maiores detalhes). O

ápice da política de liberalização de Xiaoping ocorreu em 1997, quando o PCC, sob a direção de Jaing Zemin, autorizou a privatização de empresas estatais. Essas medidas praticamente abriram a produção industrial a investimentos privados e permitiram a criação de grandes empresas privadas chinesas, que hoje já se encontram em uma prematura fase de internacionalização produtiva.

Essa progressiva intensificação, generalização e interiorização da relações capitalistas de produção consolidaram o modelo de crescimento econômico de Xiaoping. Assim, mesmo com sua morte em 1997, verificou-se uma transição sem grandes mudanças na ordem econômica, diversamente do que tinha ocorrido 20 anos antes na morte de Mao Tsetung.

**Tabela 2: Uma tentativa de periodização**

1949–1952	Consolidação política e militar. Aliança com a URSS. Mobilização popular e coletivização. Guerra da Coréia. Taiwan torna-se um protetorado dos EUA.
1953–1957	Planejamento centralizado seguindo o modelo soviético (primeiro plano quinquenal: 1953-1957). Mobilização política contra os contra-revolucionários. Interiorização do desenvolvimento e descentralização regional devido a razões militares.
1958–1965	O Grande Salto à Frente. Colapso econômico e recuperação. Tensão sino-soviética e fim da cooperação soviética. Conflitos fronteiriços com a Índia.
1966–1969	Revolução Cultural e expurgos políticos, entre eles o de Xiaoping. Conflito fronteiriço com a URSS.
1970–1977	Lento crescimento econômico e aproximação com os Estados Unidos. Lin Biao, o então indicado sucessor de Mao, é morto em acidente aéreo. China entra para as ONU. Em 1976 Mao falece.
1978–1984	Xiaoping assume o poder e inicia a abertura econômica. Reforma agrícola: eliminação da comunas, criação de empresas rurais, organização de mercados locais e “teste” das zonas econômicas especiais. Em 1979, conflito fronteiriço com o Vietnam.
1985–1991	Reorganização das zonas econômicas especiais, liberalização e expansão de atividades privadas nas zonas costeiras. Democratização bloqueada: conflito e repressão política na Praça Tian’anmen.
1992–2004	Terceira fase: expansão das atividades privadas no interior da China, privatização, seleção de líderes nacionais e início da internacionalização chinesa. O nono plano quinquenal (1995-2000) explicita a necessidade de redução de disparidades regionais. Em 1997 Xiaoping falece, Jiang Zemin torna-se o novo chefe de estado. Hong Kong volta a ser uma província chinesa.

Fonte: Elaboração própria

## **2. POLÍTICA REGIONAL: DO PLANEJAMENTO AOS MERCADOS REGULADOS**

### **2.1. CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA COM DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA (1949-1979)**

Ao assumir a liderança política chinesa, Mao Tsetung tinha o intuito de consolidar territorialmente o país. O legado deixado por décadas de fragmentação política, guerras e colonizações foi uma China com exacerbadas diferenças regionais e com uma economia fragilizada. Nas atividades agrícolas, as diferenças de produtividade refletiam uma variedade de condições climáticas, diferentes fertilidades das poucas terras então cultiváveis (1/10 da área total) e vastas disparidades nas técnicas de plantio e instrumentação das fazendas. Contudo, as maiores desigualdades regionais se encontravam nas atividades industriais.

A localização das atividades manufatureiras era determinada pelos interesses dos investidores estrangeiros voltados ao comércio exterior. A região costeira, e mais especificamente os portos, eram os locais onde se encontrava a então pouco desenvolvida indústria chinesa. As províncias costeiras de Guangdong (Hong Kong), Jiangsu, Shandong, Hebei, Liaoning possuíam metade da indústria mineradora e a quase totalidade das empresas de fiação de algodão e seda. De acordo com o censo de 1933/34, Xangai possuía metade das fábricas do país.

Durante a Segunda Guerra Mundial, por razões militares, mais de quatro centenas de fábricas foram realocadas de Xangai para outras províncias. Mas, ao final do conflito, essa tênue descentralização industrial voltou a ser revertida em direção aos pólos industriais costeiros. No final dos anos 40, Xangai ainda possuía 58% da força motriz nacional, 61% do emprego, 60% das fábricas das indústrias consideradas então modernas. Conjuntamente, as cidades de Xangai, Qingdao, Wuhan, Nanjing, Tianjin e Beijin possuíam 90% da força motriz e 80% do emprego e fábricas (Paine, 1980).

Essa polarização refletia a predominância de indústrias leves voltadas ao comércio exterior (*footloose firms*). Nem mesmo a elevada dotação de recursos naturais das regiões centrais foi capaz de estimular a localização de indústrias intensivas em recursos naturais e produzir alguma descentralização econômica. Alguma exceção coube somente a produção de aço e ferro (Wei, 1998).

Durante as três décadas de governo de Mao Tsetung, a reestruturação da economia e as relativas elevadas taxas de crescimento não produziram o esperado por muitos: a manutenção da polarização e aumento das diferenças regionais. Verificou-se, de fato, o oposto: uma relativa convergência da renda per capita regional e urbano-rural, além de alguma descentralização industrial. Existem polêmicas sobre o quão bem sucedida foram as políticas então praticadas, mas não há dúvida sobre uma tênue convergência regional. Essa determinação por reduzir as desigualdades regionais foi o resultado de diversas forças políticas, concepções ideológicas e estratégias militares (Paine, 1980; Wei, 1998).

Durante os anos 50, o governo central estimulou o crescimento de cidades médias nas regiões centrais e restringiu a expansão das grandes cidades costeiras, a única parcial exceção foi Beijin. Seguindo o modelo soviético de industrialização auto-sustentada, Mao Tsetung estimulou a localização de indústrias produtoras de insumos industriais próximas as fontes de matérias-primas. Não houve uma preocupação criteriosa com acessos a canais de exportação. Por exemplo, dos 700 maiores projetos industriais do primeiro plano quinquenal, mais de 2/3 dos projetos industriais foram localizados no interior do país, o que correspondeu a 69% dos investimentos estatais. Esse estratégia favoreceu o deslocamento de atividades industriais para o interior e estimulou o surgimento de centros urbanos nas regiões centrais (Wei, 1998).

Esse viés do planejamento central foi ainda acompanhado por uma importante diretriz: as regiões deveriam ser autônomas, ou seja, capazes de produzir uma parcela significativa dos produtos demandados pela população local. Em conjunto, essas diretrizes levariam, em princípio, à formação de economias regionais relativamente auto-contidas e à queda do comércio inter-regional. As conseqüências dessa política econômica foi uma ampliação das assimetrias produtivas associada a uma lenta, desigual e progressiva dispersão industrial.

A tabela 3 e os mapas 1 e 2 apresentam as taxas de crescimento do PIB das províncias chinesas. Como pode-se observar, a região costeira apresenta baixas taxas de crescimento durante o governo Mão; uma inversão em relação ao período precedente, quando a industrialização costeira foi o motor do crescimento econômico nacional.

A difusão das indústrias leves organizadas de forma coletiva nas cidades e vilas substituiu parcialmente a oferta industrial das grandes fábricas localizadas na costa, o que representou uma perda de poder econômico dos antigos centros industriais ligados ao comércio exterior. Algumas

estimativas apontaram que no período 1950 a 1970 a produção manufatureira rural duplicou e uma parcela crescente da renda da população rural passou a ser um resultado de atividade manufatureiras. Paine (1980) descreve esse período como uma fase de “redução de escalas técnicas” (*scaling dow technology*) combinada “crescimento da produção local” (*scaling up village crafts*).

**Tabela 3: Taxa média anual de crescimento do PIB per capita (1953-1998)**

	Períodos						Mao Xiaoping		
	1953-58	1959-65	1966-78	1979-84	1985-91	1992-98	1953-78	1979-98	1953-98
<b>Metrópoles</b>									
Shanghai	5.1	-4.3	6.4	6.6	5.5	12.7	3.4	8.2	5.7
Beijing	7.3	-5.9	8.1	7.8	6.5	9.3	3.0	8.0	5.8
Tianjin	7.5	-5.0	5.8	6.3	4.4	11.9	3.8	7.5	5.5
<b>Nordeste</b>									
Jilin	0.8	-3.0	1.8	8.5	6.5	10.0	0.8	8.3	4.0
Liaoning	7.4	-7.6	5.5	6.2	6.6	8.9	2.6	7.8	4.9
Heilongjiang	5.3	-7.9	2.4	5.7	5.5	7.9	1.0	6.3	3.5
<b>Costa</b>									
Guangdong	4.5	0.8	1.7	8.9	11.0	12.2	1.5	11.5	5.4
Fujian	5.2	-2.2	1.6	9.8	7.9	14.6	0.9	10.8	5.1
Zhejiang	3.3	-0.1	2.3	9.7	6.6	13.8	1.5	10.5	5.5
Jiangsu	0.5	1.6	3.6	8.6	7.6	13.5	2.3	10.3	5.9
Hainan	Nd	Nd	Nd	9.0	7.7	9.0	Nd	10.0	Nd
Shandong	3.3	-2.0	4.0	10.0	6.5	13.0	2.5	10.0	5.9
Hebei	1.4	-5.5	2.9	6.1	6.0	12.1	1.2	8.4	4.5
<b>Centro</b>									
Henan	3.1	-4.9	2.8	9.2	5.7	11.5	1.8	8.4	4.9
Hubei	8.1	-2.1	2.0	7.7	5.0	11.6	1.4	8.1	4.4
Anhui	4.3	-1.0	1.6	8.6	3.4	13.3	1.6	8.0	4.0
Jiangxi	3.8	-3.0	0.4	6.6	6.0	11.3	0.8	8.0	3.5
Hunan	5.7	-3.8	2.3	5.8	5.0	9.8	1.5	7.0	4.0
Shanxi	6.2	-4.0	2.1	7.8	3.8	9.1	1.4	6.9	3.9
<b>Noroeste</b>									
Xinjiang	7.4	-1.8	-0.6	8.5	8.0	7.5	0.2	8.7	4.1
Inner Mongolia	7.7	-5.3	1.9	8.5	6.0	8.7	0.7	7.8	3.9
Shaanxi	6.8	-3.9	3.0	7.4	7.4	7.7	1.9	7.8	4.6
Gansu	5.6	-2.4	5.3	3.8	7.4	8.4	2.2	7.4	4.5
Ningxia	5.2	0.5	3.1	6.2	5.6	6.8	2.8	6.5	4.3
Qinghai	7.1	3.0	2.2	5.9	3.5	6.4	2.6	5.3	3.6
<b>Sudeste</b>									
Yunnan	5.9	0.7	2.0	7.7	7.3	8.8	1.7	8.0	4.4
Sichuan	5.3	-0.4	1.0	6.3	5.4	9.2	0.6	7.5	4.3
Guangxi	7.1	-1.4	4.2	6.2	4.5	10.3	2.6	7.2	4.5
Guizhou	6.5	-3.5	0.1	8.6	4.6	6.5	-0.4	6.5	3.1

Fonte: Démurge, Sachs, Woo, Bao, Chang & Mellinger (2000)

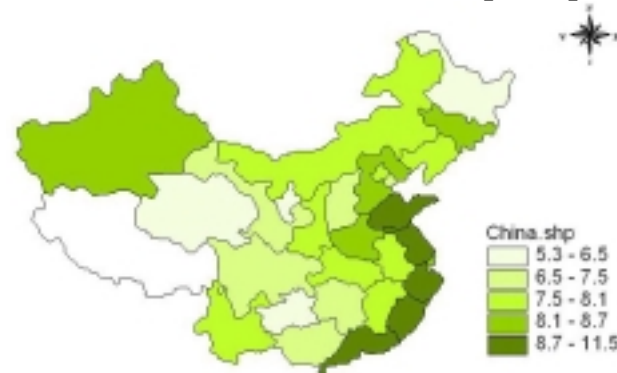


**Mapa 1: Taxa média de crescimento anual do PIB per capita (% , 1953-1978)**



Fonte: Démurge,Sachs,Woo,Bao,Chang & Mellinger (2000)

**Mapa 2: Taxa média de crescimento anual do PIB per capita (% , 1979-1998)**



Fonte: Démurge,Sachs,Woo,Bao,Chang & Mellinger (2000)

Para fazer frente as possíveis assimetrias regionais, o governo central passou também a realocar excedentes e fazer transferências fiscais entre províncias, além de ampliar a oferta de serviços sociais (educação, saúde e assistência social). Foi também implementada um programa de “nível mínimo de consumo”, que era sustentado por transferências fiscais, subsídios e controles de preços. O sucesso dessas políticas foi considerado, de modo geral, limitado, mas todas sinalizavam uma redução das desigualdades regionais.

Para muitos analistas, o baixo nível de renda decorrente do lento crescimento econômico foram os determinantes das mudanças econômicas após a morte de Mao Tsetung. É certo que a industrialização de regiões atrasadas por meio de investimento estatais, a difusão de tecnologias para a produção de bens de consumo não-duráveis e a produção em pequena escala em regiões rurais ajudaram na reconstrução chinesa e elevaram o padrão de vida de uma vasta parcela da população. Nas mesma direção funcionaram as políticas de crescimento das médias e pequenas aglomerações urbanas (cidades e vilas) e as políticas sociais universalizantes. Contudo, em outros

aspectos cruciais a política de crescimento com descentralização não foi bem sucedida. O fracasso mais marcante foi a incapacidade de elevar a produtividade agrícola em país onde mais de 2/3 da população vivia em áreas rurais e dependia primordialmente das safras agrícolas para seu sustento. A baixa produtividade agrícola, relacionada a limitada mecanização, baixo uso de fertilizantes, reduzida capacidade de silagem e os baixos estímulos a ganhos de produtividade decorrentes de uma coletivização da terra ineficiente foram determinantes da pobre performance da China maoísta.

No frente industrial, a industrialização pesada patrocinada, gerida e organizada pelo governo central foi também parcialmente bem sucedida. Ao final do período Mao, a China ainda era um país rural com parcela significativa das suas indústrias localizadas nas antigas regiões costeiras, como Xangai. Além do mais, os novos pólos industriais estavam dispersos por várias regiões, o que tendia a reduzir qualquer efeito positivo de economias externas e ampliar ainda mais as elevadas diferenças de produtividade industrial (Fan, 1997; Fan & Scott, 2003; Fujita & Hu, 2000; Gao, 2002; Wei, 1998).

## **2.2. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA COM CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA (1979-2004)**

Durante os primeiros trinta anos da República Popular da China, os investimentos foram desviados das áreas costeiras para o interior com o objetivo de reduzir as concentrações industriais costeiras e as disparidades regionais e consolidar politicamente o país. Para a seleção das novas regiões industriais, contribuíram as dotações naturais de recursos, o precário sistema de transporte e, certamente, a proteção militar oferecida pela região.

Depois de morte de Mao, o grupo político liderado por Deng Xiaoping criticou duramente a política de desenvolvimento “para dentro” e, como consequência, a política de desenvolvimento regional dela decorrente. Como já comentado acima, as reformas propostas por Xiaoping visavam recriar mecanismos de mercado capazes de dar novo impulso a economia chinesa. No aspecto regional, deixaria-se de lado as políticas homogeneizadoras e descentralizadora de Mao e implementar-se-iam políticas regionais que favorecessem – em um primeiro momento – regiões com maiores possibilidades de crescimento, ou seja, as províncias e cidades costeiras que circundavam Macao, Hong Kong e possuíam portos e outras infra-estrutura de apoio ao comércio internacional, tais como Xangai.

Na China pós-Mao, como em qualquer outro país, o debate teórico sobre a política regional foi um reflexo de opções políticas. Desde os anos 70, no bojo das críticas ao modelo econômico, surgiram também críticas à política regional. Em geral, as críticas as políticas de Mao enfatizavam a falta de uma alocação eficiente de fatores de produção, tais como as limitadas escalas de produção, o papel secundário das economias de aglomeração, a ausência de especialização e a transferência de recursos inter-regional que tendia a subsidiar economias regionais com baixo crescimento e taxar outras mais virtuosas. Em paralelo, afirmavam que a dispersão regional de recursos estatais em um país com escassez de tecnologia e limitados excedentes levava a uma reduzida taxa agregada de crescimento (Fan, 1997).

Para dar suporte a essas críticas, ideólogos das políticas regionais chinesa passaram a “importar” teorias ocidentais sobre crescimento desigual, tais como Hirschman (1958), Myrdal (1957) e Williamson (1965). Da leitura desses modelos concluiu-se que o crescimento econômico era polarizador, mas corrigia ineficiências produtivas e aumentava a taxa de crescimento, pois permitia a melhor difusão de tecnologias, capacitações organizacionais e restabelecia encadeamentos industriais que não foram priorizados pelas políticas descentralizadora de Mao. Na opinião desses analistas chineses, a seleção de pólos de crescimento regional deveria enfatizar vantagens comparativas regionais, para tanto teorias como as de Heckscher & Ohlin deveriam ser utilizadas (Fan, 1997; Gooley, 2002).

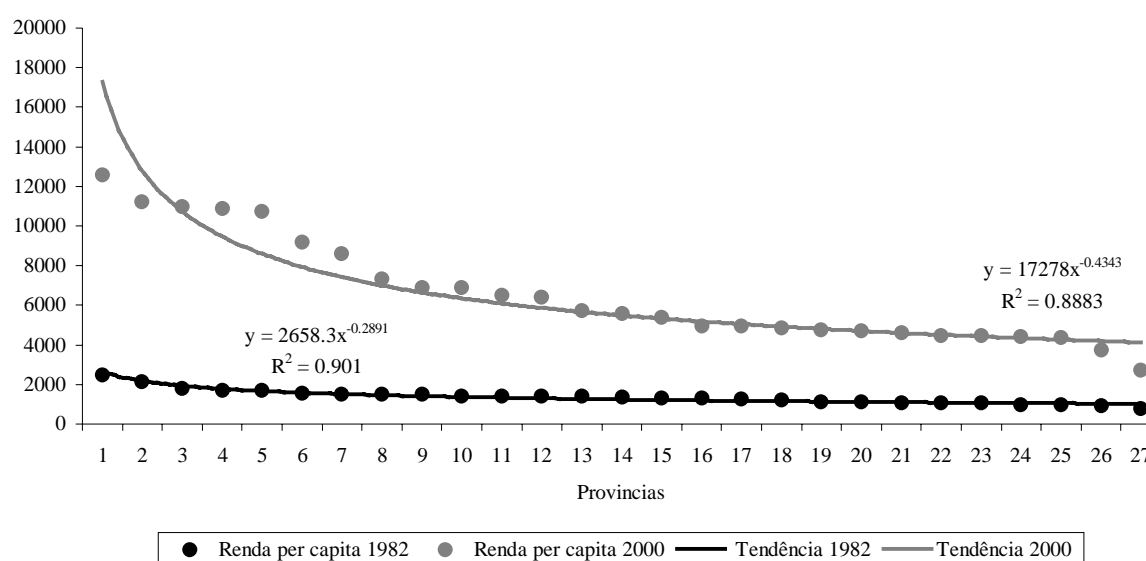
O novo modelo de crescimento regional também teve justificativas teóricas baseadas em vantagens comparativas dinâmicas. Os formuladores das políticas regionais afirmavam que a grande dotação de mão-de-obra seria a base para expansão inicial da economia chinesa. Assim, teorias como da base-exportadora e crescimento orientado pela exportação foram combinadas com estratégias de *catching up* tecnológico da Coréia e Japão, então modelos a serem seguidos pelos governo chinês.

Esses críticos estavam cientes das maiores desigualdades regionais do novo modelo de crescimento. Contudo, argumentavam, esse seria um primeiro estágio da expansão econômica que deveria ser tolerado até se alcançar uma segunda fase marcada pela descentralização regional, ou seja, o “U invertido de Williamson”. Esse bloco de argumentos descrevia uma suposta “trajetória natural de desenvolvimento” das economias regionais (Fan, 1997).

A consolidação dessa opção pelo “crescimento desigual” ficou clara nos planos quinquenais. O sexto plano quinquenal (1981-1985) indicava possíveis pólos regionais e centros urbanos, preferências por províncias e já estabelecia – de forma tímida - uma certa divisão do trabalho entre o leste, o centro e o oeste. Já o sétimo plano quinquenal (1986-1990), a idéia de “três cinturões econômicos” estava explícita com o território chinês dividido em três grandes áreas: a região costeira (leste), a região central e a região oeste. A região costeira seria a responsável por uma industrialização puxada pelo mercado externo e pelo investimento direto estrangeiro, a produção agrícola e geração de energia seria tarefa da região central, e a pecuária, extrativismo vegetal, mineração seriam as atividades prioritárias da região oeste. No bojo dessa divisão regional do trabalho, estava a tese de que as regiões costeiras deveriam se especializar em indústrias intensivas em tecnologia, informação. Em suma, **as políticas regionais pós-Mao favoreceriam a eficiência e a especialização em detrimento da equidade.**

O gráfico 5 e a tabela 4 ilustram o crescimento regional desigual pós-Mao: há um notório aumento das disparidades regionais. A tabela 5 mostra a dispersão das taxas de crescimento entre as províncias, sendo as costeiras como os pólos de crescimento regional.

**Gráfico 5: Distribuição da renda per capita das províncias (1982 e 2000)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhang (2002)

**Tabela 4: Diferenças de PIB per capita das províncias**

	1952	1958	1965	1978	1985	1992	1998
Média Nacional	616	838	780	1143	1849	2929	6400
5 Maiores	1028	1650	1445	2500	3797	5607	12759
5 Menores	403	583	543	746	1,157	1,770	3557
5 Maiores / 5 Menores	2.55	2.83	2.66	3.35	3.28	3.17	3.59
Diferença Absoluta de Renda	625	1,067	901	1754	2641	3837	9202

Fonte: Démurge, Sachs, Woo, Bao, Chang & Mellinger (2000).

**Tabela 5: Crescimento regional na China (1953-1998)**

	1953-58	1959-65	1966-78	1979-84	1985-91	1992-98	1953-78	1979-98	1953-98
Média									
Nacional	4.9	-2.6	2.7	7.6	6.3	11.2	1.7	8.6	4.8
Nordeste	5.5	-6.8	3.6	6.4	6.2	8.7	1.7	7.3	4.2
Costa	2.8	-1.0	2.9	8.8	7.7	13.1	1.8	10.3	5.5
Centro	5.2	-3.0	2.0	7.7	4.9	11.2	1.5	7.8	4.2
Noroeste	7.1	-2.8	2.5	7.1	6.9	7.9	1.6	7.7	4.3
Sudeste	5.8	0.9	1.7	6.7	5.4	9.1	1.0	7.4	4.2
Metrópolis	5.4	-4.6	6.5	6.8	5.5	11.4	3.3	7.9	5.6

Fonte: Démurge, Sachs, Woo, Bao, Chang & Mellinger (2000)

Para fazer a transição de uma estratégia de crescimento para outra, Deng Xiaoping patrocinou a criação de zonas, cidades e áreas econômicas especiais. Essas “experiências” regionais moldariam a transição para o novo modelo de crescimento ao definir (1) como o investimentos estrangeiros deveriam ser regulados, (2) quais infraestruturas deveriam ser priorizadas, (3) como regular os fluxos de comércio e capitais, (4) como articular a produção local com as multinacionais, (5) como absorver e transferir tecnologias, e (6) como regular a relação capital-trabalho em um país onde não existia um mercado de trabalho estruturado.

A seleção dessas regiões seguiu, como no caso de Mao, critérios, políticos, ideológicos e militares. As primeiras zonas econômicas especiais (ZEE) foram criadas em 1979 nas cidades de Shenzhen, Zhuhai e Shantou, todas na província de Guangdong, e Xiamen, na província de Fujian. Depois, em 1985, foram criadas novas cidades abertas e zonas econômicas costeiras, tais como as no Baixo Delta do Rio Yangtzi e no Delta do Rio Pearl, ambas em Guangdong. No decorrer da década dos 90 outras cidades e províncias foram abertas à “implantação de novas experiências econômicas”. Vale observar que o governo central tinha total controle sobre essas ZEEs, pelo menos até o final da década dos 90 (Fan, 1997; He, 2003; Wu, 1996).

Inicialmente, as ZEE eram áreas geograficamente delimitadas e isoladas do resto da China, mas abertas a investimentos e financiamentos estrangeiros. As ZEE foram cuidadosamente

escolhidas devido a sua proximidade com Macao, Hong Kong e Taiwan. Essa proximidade foi imaginada como um estímulo aos investimentos de empresas localizadas em regiões prósperas, com ligações culturais intensas com a China e com custos de mão-de-obra muito superiores a chinesa. Por exemplo, o Cantonês é falado nas ZEE de Shenzhen e Zhuhai e também em Hong Kong; o Fujianês é falado na ZEE de Xiamen e por 85% da população de Taiwan e por muitos habitantes de Singapura. No caso de Shenzhen, sua vantagem locacional deve-se ao fato de circundar Hong Kong e ser a sua principal fonte de alimentos, água, energia e matérias-primas. Além do mais, a pequena área de Hong Kong já oferecia limites ao crescimento industrial dados os elevados custos das áreas urbanas. A ZEE de Shenzhen era, portanto, uma área preferencial para investimentos provenientes de Hong Kong (Wu, 1996).

Durante os primeiros quinze anos de implementação dessa política de desenvolvimento regional, as províncias costeiras e cidades portuárias foram favorecidas. Essa opção política, denominada “estratégia de desenvolvimento costeiro”, tinha como principais características a redução dos custos fiscais e a criação de ambientes de negócios similares aos ocidentais e costeiros:

- (1) as atividades privadas pagavam 50% do impostos cobrados em outras regiões (15% de IRPJ);
- (2) investimentos em infra-estrutura de governos costeiros eram favorecidos por meio de empréstimo preferenciais, subsídios e isenções fiscais;
- (3) as exportações tinham isenções de impostos e as importações de bens de capital eram isentas de taxas e impostos de importação, e o oposto ocorria para o resto China;
- (4) os investimentos do governo central eram articulados aos investimentos locais;
- (5) os governos locais tinham maior flexibilidade fiscal o que lhes permitia reter parte das receitas que excediam os limites remetidos ao governo central;
- (6) os trabalhadores das regiões costeiras tinham salários mais elevados que os do interior, o que criava uma base política interna;
- (7) nessas zonas especiais o controle de capitais era reduzido (limitado controle sobre remessa de lucros, pagamento de juros e tomada de empréstimo), além de regras de convertibilidade mais flexíveis;

- (8) os produtos primários (insumos e alimentos) importados das regiões centrais e do oeste eram precificados abaixo dos preços dos produtos manufaturados e acabados. Esses *gap* de preços (*scissors gap*) eram mecanismos explícitos de transferência de rendas das regiões centrais para as costeiras;
- (9) as províncias costeiras tinham menores restrições para circulação monetária, tomada de crédito pessoal e privado, emissão de títulos de dívida (*bonds*), criação de instituições financeiras, estabelecimento de firmas privadas chinesa etc.
- (10) para finalizar o leque de estímulos, migrações espontâneas foram proibidas, sejam elas inter-provinciais ou intra-província. O objetivo dessas políticas de migração era manter o controle sobre a população local e não gerar processo de expansão descoordenados em regiões que tinham limitada capacidade de absorver massivos fluxos migratórios (Fan, 1997; Wu, 1996).

Esses favorecimentos não eram exatamente “vantagens comparativas naturais”, mas sim “vantagens comparativas construídas” por políticas econômicas. Como as primeiras ZEE eram distantes dos principais centros políticos e tradicionais pólos econômicos, tais como Beijin, Xangai e Tianjin, não tardaram a surgir pressões políticas em prol da disseminação das ZEE para outras províncias. Essas pressões eram latentes nos anos 80, mas ganharam força nos anos 90, quando a expansão das ZEE para o nordeste da China ganhou força. Assim, no final dos anos 90, além de todas as províncias costeiras, as capitais de todas as províncias do interior também estavam abertas ao investimento direto estrangeiro. Como observa Wu (1996) e Fan (1997), o crescimento econômico recente foi costeiro, mas não a política chinesa.

É comum considerar as ZEE como zonas de processamento de exportações (ZPE). Entretanto, o governo chinês, em vários momentos, afirmou que as ZEE não eram ZPE, mas pólos de crescimento para a economia chinesa como um todo e que tinham de cumprir funções mais variadas, amplas e ambiciosas que uma ZPE. Algumas características distintivas de uma ZEE e ZPE são: (1) em uma ZEE não se produz somente para exportar, todas as atividades, sejam elas agrícolas, indústrias, comerciais e financeiras, são estimuladas; (2) os objetivos das ZEE são atrair investimento direto estrangeiro, obter reservas internacionais por meio de exportações e absorver tecnologia; (3) as ZEE são, em geral, maiores que as ZPE e mais integradas; (4) geração de emprego não é o objetivo prioritário de uma ZEE.

**Tabela 6 : Investimento direto estrangeiro nas  
provinciais (acumulado 1992 – 1998)**

		US\$ milhões	%	Região
1	Guangdong	68 401.03	28.00	Leste
2	Jiangsu	30 537.91	12.50	Leste
3	Fujian	24 548.92	10.04	Leste
4	Shanghai	20 853.60	8.53	Leste
5	Shandong	16 259.06	6.65	Leste
6	Liaoning	11 170.71	4.57	Leste
7	Tianjin	10 035.07	4.10	Leste
8	Beijin	8 782.11	3.59	Leste
9	Zhejiang	8 043.92	3.29	Leste
10	Hainan	5 351.58	2.19	Leste
11	Guangxi	5 010.58	2.05	Sul
12	Hebei	4 941.69	2.02	Leste
13	Hubei	4 536.58	1.85	Centro
14	Hunan	3 886.82	1.59	Centro
15	Sichuan	3 208.72	1.31	Centro
16	Henan	3 055.49	1.25	Centro
17	Heilongjiang	2 997.09	1.22	Norte
18	Anhui	2 382.63	0.97	Centro
19	Jilin	2 263.54	0.92	Norte
20	Jizngxi	2 105.70	0.86	Centro
21	Shaanxi	2 097.05	0.85	Centro
22	Shanxi	887.32	0.36	Centro
23	Chongqing	849.09	0.34	Centro
24	Yunnan	519.49	0.21	Sul
25	Inner Mongolia	424.27	0.17	Norte
26	Gansu	334.08	0.13	Centro
27	Guizhou	309.89	0.12	Centro
28	Xinjiang	266.49	0.10	Oeste
29	Ningxia	54.24	0.02	Centro
30	Tibet	0.00	0.00	Oeste
31	Qinghai	11.44	0.00	Centro
	<b>Total</b>	<b>244 277.66</b>	<b>99.80</b>	

Fonte: Hsiao & Gastanaga (2001)

O Ministério do Comércio da China afirma explicitamente que os objetivos das ZEE são “o desenvolvimento de indústrias de alta-tecnologia, principalmente projetos industriais, absorção de fundos externos e construção de uma economia orientada pelas exportações”. Afirma ainda que “as ZEE são ‘janelas e bases’ para abertura econômica, atração de capital, exportação, desenvolvimento de tecnologia e promoção de economias regionais”. Do ponto de vista da economia regional, as ZEE seriam pólos de crescimento e modelos de organização da produção capitalista na China; ou como dizem os políticos chineses, “o socialismo com características chinesas” (Wu, 1996; Fan, 1997).

A percepção de que o “capitalismo com características chinesas” ampliava as desigualdades regionais tornou-se evidente na segunda metade dos anos 90. As críticas começaram por afirmar o simplismo do modelo de “três cinturões industriais”. Não obstante as possíveis vantagens locacionais das regiões costeiras, as políticas de desenvolvimento regional produziram “vantagens econômicas artificiais”, tais como as políticas de preços preferenciais, os subsídios e isenções de impostos, além de empréstimos especiais. Dentre essas políticas, a que trouxe maior tensão foram as políticas de preços (ou troca desigual) que descrionava a favor das regiões costeiras.

O controle sobre a migração favorecia as populações costeiras e estimulava a ampliação das diferenças salariais entre a costa e o resto do país. A seleção de pessoal qualificado para migração, a criação de sistemas educacionais mais eficientes na províncias do leste, a transferência de capital do centro para o leste por meio de recursos fiscais e a dualidade da política de preços refletiam uma opção por um desenvolvimento regional desigual. Os “três cinturões industriais”, que eram tidos como pressupostos de uma divisão regional do trabalho “natural”, estavam sendo, de fato, construídos por políticas econômicas.

Também surgiram críticas afirmando que a “curva invertida em U”, que supostamente marcou o desenvolvimento regional norte-americano, foi o resultado de acidentes históricos, tais como a descoberta de ouro e petróleo no *far west*, a migração em massa, a distribuição de terras e o surgimento de pequenos proprietários rurais em uma economia de mercado, além de investimentos públicos em ferrovias, rodovias e bases militares. Assim, afirmavam os críticos, nada garante a existência da “curva em invertida em U” para o caso chinês (Fan, 1995 e 1997).

Essas críticas foram incorporadas por lideranças políticas locais, que passaram a pressionar por mudanças na divisão regional do trabalho. Propostas como dispersão de pólos de crescimento, crescimento para dentro, internalização de processos produtivos, verticalização da produção, integração das redes de transporte, difusão de tecnologia e desregulamentação passaram a fazer parte dos discursos políticos.

Já na segunda metade dos anos 90, e mais intensamente após a morte de Deng Xiaoping em 1997, os planos quinquenais começaram a anunciar as desigualdades regionais como critério para a alocação de recursos públicos. O nono plano quinquenal (1996-2000) já indicava explicitamente a necessidade de se reduzir as desigualdade regionais, reorganiza a divisão regional do trabalho a partir de “cidades centrais” (pólos de crescimento) e propunha a integração desses sistema a partir

de linhas de transporte, e não mais de posições geográficas que realçam as ditas vantagens comparativas naturais.

Como resultado dessas mudanças, em 1999 é delineada a estratégia “Desenvolvimento do Oeste” baseada em investimentos em infra-estrutura financiados pelo governo central, estímulo à instalação de empresas processadores de recursos naturais, revitalização de antigos pólos industriais, transformação de empresas estatais localizadas no nordeste em empresas de capital aberto, eliminação da barreiras à mobilidade de mão-de-obra intra-províncias e políticas de assistência social. Estimulou-se também a interiorização das zonas econômicas especiais, dos parques tecnológicos, das áreas de livre comércio. Com isso, as primeiras ZEE costeiras perdem posições relativas, pelo menos no que tange aos investimentos e regulação pública central. Os mapas 3 a 8 sintetizam essas mudanças na política regional chinesa no período 1978-1998.

**Tabela 7: Política regional chinesa (1979-2004)**

Ano	Status	Local
1979	1 Zonas Econômicas Especiais	Guangdong
1980	1 Zona Econômica Especial	Fujian
1984	14 Cidades Abertas Costeiras	Tianjin, Zhejiang, Guangxi, Liaoning, Jiangsu, Guangdong, Hebei, Shanghai, Shandong, Fujian
	10 Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Tianjin, Liaoning, Jiangsu, Hebei, Zhejiang, Shandong, Guangdong
1985	1 Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Fujian
	3 Zonas Econômicas Costeiras	Pearl River Delta, Yangtze River Delta, Fujian
1986	2 Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Shanghai
1988	Zona Costeira Aberta	Liaoning, Guangxi, Shandong, Hebei
	1 Zona Econômica Especial	Hainan
	1 Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Shanghai
1990	Criação da Área de Pudong	Shanghai
1992	13 Áreas Fronteiriças nas Maiores Cidades Portuárias	Liaoning, Zhejiang, Fujian, Guangdong, Jiangsu, Tianjin, Shandong, Hainan.
	10 Áreas Fronteiriças em Cidades no Rio Yangtze	Anhui, Sichuan, Jiangxi, Hunan, Hubei, Jiangsu, Heilongjiang, Yunnan, Inner Mongolia, Guangxi
	13 Zonas de Cooperação Econômica Fronteiriças	Jilin, Xinjiang
	5 Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Liaoning, Jiangsu, Shandong, Fujian, Zhejiang
1993	12 Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Anhui, Sichuan, Fujian, Jilin, Liaoning, Zhejiang, Guangdong, Heilongjiang
1994	2 Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Beijing, Xinjiang
1999	Interiorização do desenvolvimento	Capitais de províncias do centro-oeste, regiões autônomas e municipalidades sobre controle do governo central podem competir para se tornarem ZEE nacionais
2004	Zonas de Desenvolvimento Especiais em 2004:	
	56 Zonas de Desenvolvimento Tecnológico (antigas ZEE)	34 zonas na região costeira-leste 22 zonas na região centro-oeste
	14 Zonas de Processamento de Exportação	(ver anexo 1)
	14 Zonas de Cooperação Econômica Fronteiriça	(ver anexo 1)
	12 Zonas de Livre Comércio	(ver anexo 1)
	53 Zonas de Desenvol.Industrial de Alta-tecnologia	(ver anexo 1)
	11 Pólos Turísticos	(ver anexo 1)

Fonte: Elaboração própria a partir de Démurge,Sachs,Woo,Bao,Chang & Mellinger (2000)



**Mapa 3: Escala de preferência da política regional chinesa (1980)**



**Mapa 4: Escala de preferência da política regional chinesa (1984)**



**Mapa 5: Escala de preferência da política regional chinesa (1988)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Démurge, Sachs, Woo, Bao, Chang & Mellinger (2000)



**Mapa 6: Escala de preferência da política regional chinesa (1992)**



**Mapa 7: Escala de preferência da política regional chinesa (1998)**



**Mapa 8: Escala de preferência da política regional chinesa (1980-1998)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Démurge, Sachs, Woo, Bao, Chang & Mellinger (2000)

### 3. AS DESIGUALDADES REGIONAIS

#### 3.1. A CONVERGÊNCIA POSTERGADA

Uma das principais características da reorganização econômica chinesa durante a abertura foi a concentração espacial. O objetivo desse tópico é mais detalhadamente esse processo de concentração espacial e as crescentes desigualdades regionais na China durante o período 1978-1998, duas décadas marcadas pela ausência de qualquer política regional limitadora da concentração costeira.

Do ponto de vista de políticas de desenvolvimento regional, o caso chinês é peculiar, pois ainda reflete um poder centralizador e ordenador de um espaço capitalista descentralizado. O **primeiro aspecto** refere-se a existência de um partido único. Essa consolidação do poder político no PCC garante uma coesão política na seleção e implementação de projetos de desenvolvimento, com as ZEE costeiras. Como comentado, essa coesão não é imune a pressões políticas, o que forçou a reestruturação das ZEE e sua dispersão em regiões-chaves do poder político chinês, como Shanghai, Tianjin e as cidades portuárias localizadas no rio Yangtze. Contudo, **há um planejamento estratégico de longo prazo** que permite uma expansão ordenada das regiões.

Um **segundo aspecto**, que reflete a força do poder central, é o **controle dos fluxos migratórios**. Durante o período estudado, a população chinesa esteve sob relativo controle do governo central: todos os cidadãos tiveram seus registros de moradias monitorados. Não foram permitidas migrações intra-provincial, inter-provincial ou urbano-rural sem autorização prévia e destino determinado. Esse controle da migração interna é, do ponto de vista da economia regional, um determinante crucial do padrão de crescimento das províncias. A imobilidade da mão-de-obra pode definir limites para a expansão econômica regional: o crescimento da demanda por mão-de-obra pressiona um mercado de trabalho local relativamente fechado e eleva, em algum momento, os salários. Conseqüente, há uma redução da rentabilidade do investimento e uma dispersão regional. Assim, com uma população fixa, dois fatos se verificam: **amplia-se as forças centrífugas que geram a descentralização e amplifica-se as desigualdades regionais**.

**Tabela 8: Renda per capita das províncias (1978-1998, média nacional = 1)**

	1978	1990	1998	90/78 (%)	98/90(%)	98/78(%)
Shanghai**	6.61	3.43	4.03	-48.1	17.5	-39.0
Beijing**	3.40	2.84	2.58	-16.5	-9.2	-24.1
Tianjin**	3.04	2.09	2.23	-31.3	6.7	-26.6
Liaoning**	1.75	1.50	1.49	-14.3	-0.7	-14.9
Heilongjiang**	1.47	1.11	1.20	-24.5	8.1	-18.4
Jiangsu*	1.14	1.20	1.60	5.3	33.3	40.4
Qinghai	1.13	0.92	0.70	-18.6	-23.9	-38.1
Jilin	1.01	1.00	0.94	-1.0	-6.0	-6.9
Tibet	0.99	0.70	0.58	-29.3	-17.1	-41.4
Shanxi	0.97	0.85	0.81	-12.4	-4.7	-16.5
Guangdong*	0.97	1.43	1.77	47.4	23.8	82.5
Hebei	0.96	0.82	1.04	-14.6	26.8	8.3
Ningxia	0.94	0.80	0.68	-14.9	-15.0	-27.7
Gansu	0.92	0.64	0.55	-30.4	-14.1	-40.2
Hubei	0.88	0.90	1.00	2.3	11.1	13.6
Zhejiang*	0.87	1.24	1.79	42.5	44.4	105.7
Shandong*	0.85	1.10	1.30	29.4	18.2	52.9
Hainan	0.83	0.91	0.93	9.6	2.2	12.0
Inner Mongolia	0.82	0.82	0.81	0.0	-1.2	-1.2
Xinjiang	0.82	0.92	1.02	12.2	10.9	24.4
Shaanxi	0.78	0.70	0.62	-10.3	-11.4	-20.5
Hunan	0.76	0.70	0.79	-7.9	12.9	3.9
Jiangxi	0.73	0.68	0.71	-6.8	4.4	-2.7
Fujian*	0.72	1.08	1.62	50.0	50.0	125.0
Anhui	0.64	0.66	0.73	3.1	10.6	14.1
Sichuan	0.63	0.65	0.69	3.2	6.2	9.5
Henan	0.61	0.64	0.75	4.9	17.2	23.0
Guangxi	0.59	0.65	0.65	10.2	0.0	10.2
Yunnan	0.59	0.65	0.69	10.2	6.2	16.9
Guizhou	0.46	0.48	0.37	4.3	-22.9	-19.6
Média	1.23	1.07	1.16			
Desvio Padrão	1.20	0.65	0.76			

(\*) Primeiras ZEE.

(\*\*) Antigos pólos industriais.

Fonte: Lu &amp; Wang (2002)

As desigualdades regionais chinesas podem ser observadas por três ângulos: diferenças inter-provinciais, diferenças regionais (costa, centro e oeste) e diferenças urbano-rural. A maioria dos analistas afirma que as desigualdades inter-províncias declinaram durante a primeira fase da reforma (os anos 80), mas tenderam a aumentar durante a segunda fase (os anos 90). Quanto a desigualdade regional, no primeiro e no segundo período a polarização na região costeira foi estimulada e não há, até o momento, nenhum mecanismo que a tenha revertido. As diferenças de renda entre as áreas rural e urbana foram particularmente acentuadas na abertura econômica.

Também as desigualdades intra-rurais apresentaram elevadas assimetrias devido as irregulares performances das empresas coletivas rurais e as elevadas diferenças de produtividade agrícola.

**Tabela 9: Hierarquia regional das províncias chinesas - 1978**

Renda Alta	Renda Média-Alta	Renda Média	Renda Média-Baixa	Renda Baixa
Shanghai**	Jilin	Guangdong*	Hebei	Henan
Beijing**	Heilongjiang**	Jiangsu*	Zhejiang*	Anhui
Tianjin**		Shanxi	Shandong*	Guangxi
Liaoning**		Inner Mongolia	Fujian*	Yunnan
		Xinjiang	Jiangxi, Hunan	Guizhou
		Qinghai	Shaanxi, Ningxia	Sichuan
			Gansu, Hainan, Hubei	Tibet (Xizang)

(\*) Primeiras ZEE.

(\*\*) Antigos pólos industriais.

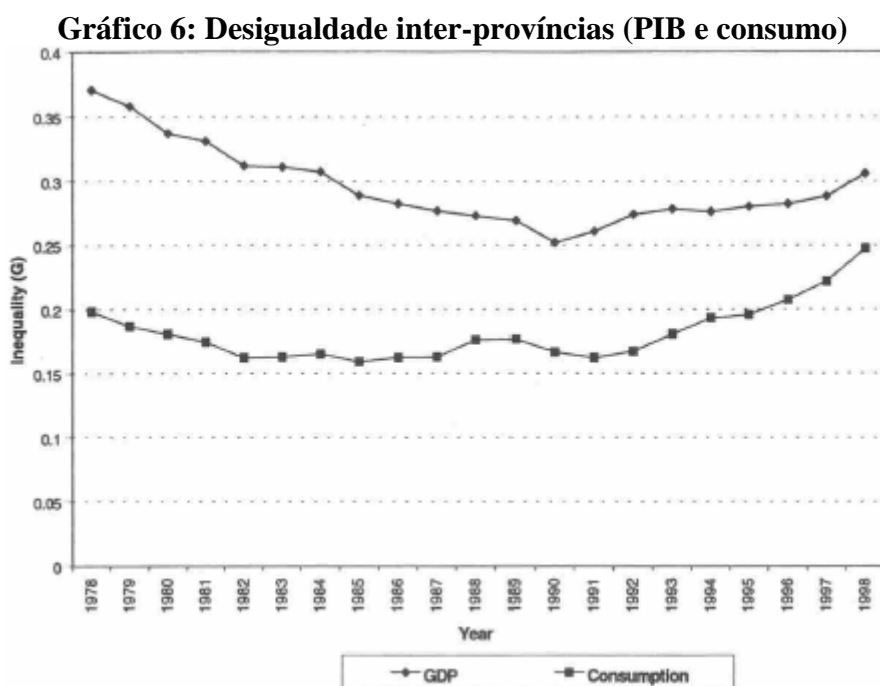
Fonte: Lu & Wang (2002)

Antes de iniciar a apresentação dessas desigualdades regionais, vale ressaltar que a China deixada pelo governo Mao Tsetung para o governo Deng Xiaoping não apresentava uma elevada homogeneidade territorial. Wei (1998) e Lu & Wang (2002), ao avaliar as diferenças espaciais das províncias chinesas em 1978, chegaram a uma estrutura regional marcada por elevadas assimetrias de produção, renda e consumo e ainda polarizadas nas regiões costeira e nordeste (tabelas 8 e 9).

A trajetória das desigualdades regionais nas décadas que se seguiram a abertura econômica surpreendem pela intensas mudanças e reversões. Os indicadores de desigualdade mostram as diferenças de renda per capita entre províncias declinando no período 1978-1990 e aumentando no período 1990-1998. Quanto as assimetrias no consumo per capita, este apresentou uma pequena queda somente no período inicial da reforma. No anos seguintes as diferenças tenderam a aumentar, o que pode ser o resultado das irregulares performances das empresas rurais e da mecanização do campo (gráfico 6).

A aparente queda nas desigualdades regionais durante quase todo o período reflete o *catching-up* de regiões antes atrasadas e de média-renda, como as províncias do sudeste chinês (Guangdong, Fujian, Jiangsu, Zhejiang e Shandong), o relativo baixo crescimento de tradicionais pólos urbano-industriais de alta-renda (Shanghai, Tianjin, Beijing e Liaoning) e a estagnação de regiões antes consideradas preferencias pelas políticas regionais de Mao (Hubei). Portanto, se observarmos a China a partir da ordem regional deixada por Mao encontra-se, de fato, uma redução nas disparidades regionais. Contudo, o novo redesenho regional da China não buscou convergência

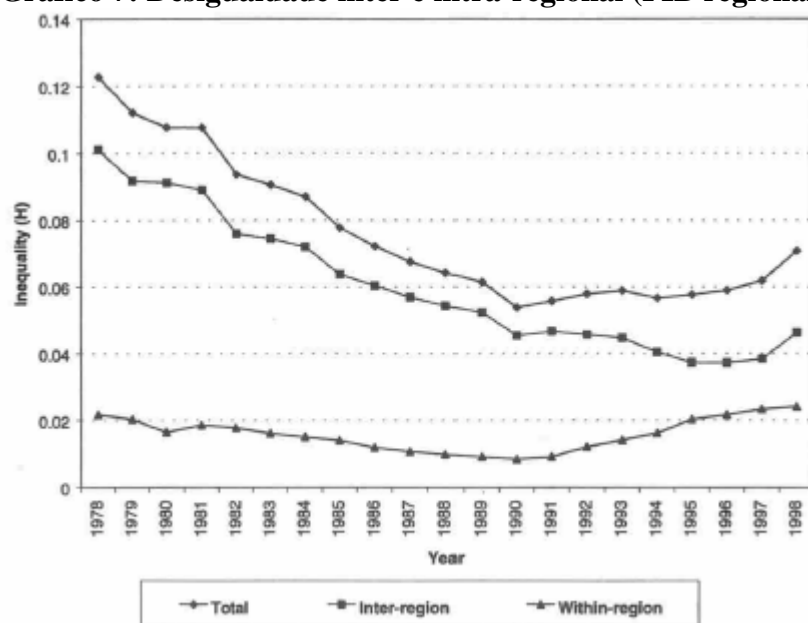
regional, mas sim um crescimento polarizado (Bhalla, Yao & Zhang, 2003; Lu & Wang, 2002; Fujita & Hu, 2001; Fan 1995; Wei, 1998) (tabelas 8 e 9 e gráfico 7).



Fonte: Lu & Wang (2002)

Quanto as desigualdades urbano-rurais, estas são mais acentuadas e pouca dúvida há sobre as crescentes diferenças entre as áreas rurais e as urbanas (gráfico 8). Na fase inicial das reformas, a descoletivização das atividades agrícolas, a liberalização dos preços, o estabelecimento de contratos de responsabilidade e a criação de mercados para venda de excedentes elevaram a renda agrícola de forma surpreendente. Ao mesmo tempo, o governo favoreceu a organização de empresas manufatureiras coletivizadas, o que representou um novo aumento na renda rural. O impacto dessas empresas coletivas foi tão intenso que Lu & Wang (2002) afirmam que essas empresas tornaram-se o “motor” da expansão da economia chinesa na fase inicial da abertura: em 1978 essas atividade manufatureiras representavam 7% da renda rural e, em 1993, já alcançavam a marca dos 40%. O gráfico 7 mostra essa queda acentuada nas diferenças de renda urbano-rural no período 1978-1984.

**Gráfico 7: Desigualdade inter e intra-regional (PIB regional)**



Fonte: Lu & Wang (2002)

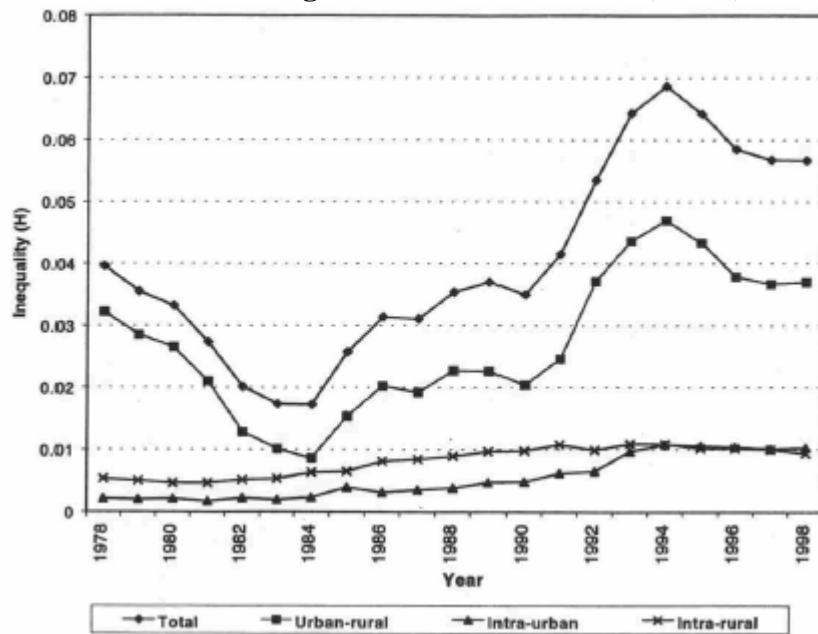
A maturação da reforma agrícola representaria uma redução nas desigualdades campo-cidade caso as atividades industriais urbanas não fossem também alvo de reformas. Durante o período 1978-1984, poucas províncias e cidades tornaram-se ZEE e, como comentado, as ZEE passaram por uma reorganização para minimizar os investimentos especulativos, a corrupção e o contrabando e favorecer a entrada de investimento direto estrangeiro voltados às atividades industriais. A partir de 1984, com o novo “modelo ZEE” já definido e com a incorporação de outras províncias e cidades costeiras, o peso relativo da expansão industrial-urbana reverteu a tendência à equalização e gerou uma crescente desigualdade campo-cidade. Em paralelo a expansão das cidades, a volta do controle de preços de produtos primários em 1985 reduziu o poder de mercado das áreas rurais (gráfico 8).

Além dessas crescentes diferenças urbano-rurais, vale observar que há, também, crescentes diferenças intra-urbana e intra-rurais. O favorecimento de algumas aglomerações urbanas costeiras *vis-à-vis* a estagnação de tradicionais centros urbanos e de outros localizados nas regiões centrais acentuou as assimetrias intra-urbanas. Quanto as assimetrias intra-rurais, o mesmo ocorre: as diferentes performances das empresas rurais coletivas ampliou as assimetrias de renda. Dentre essas desigualdades, **não há dúvida que a elevada assimetria campo-cidade ainda é a característica mais marcante das desigualdade espacial chinesa.** Em suma, durante duas décadas de reformas verificou-se alguma queda nas desigualdades espaciais chinesas somente no período inicial. Como o



passar dos anos, a polarização campo-cidade, as diferenças inter-regionais e inter-províncias passaram a se acentuar. Essa polarização parece ser uma característica geral do processo de abertura econômica e tem gerado crescentes tensões políticas e regionais.

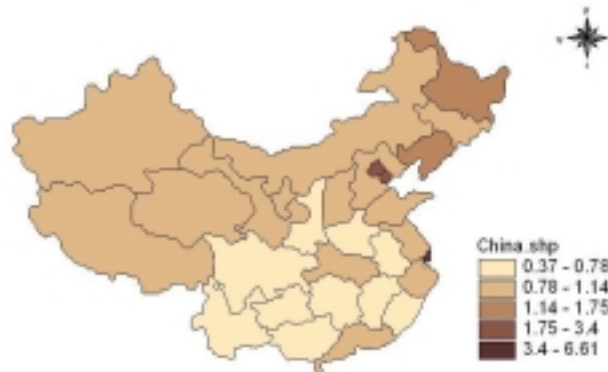
**Gráfico 8: Desigualdade urbana e rural (renda)**



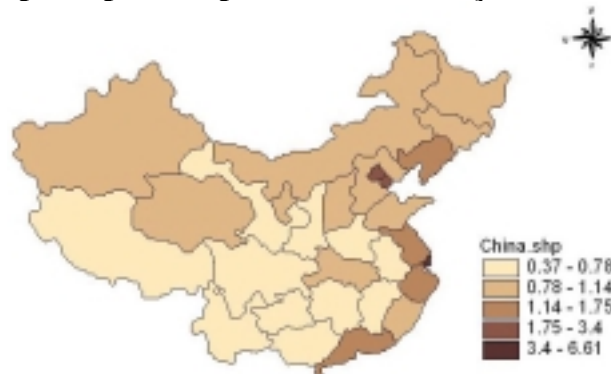
Fonte: Lu & Wang (2002)



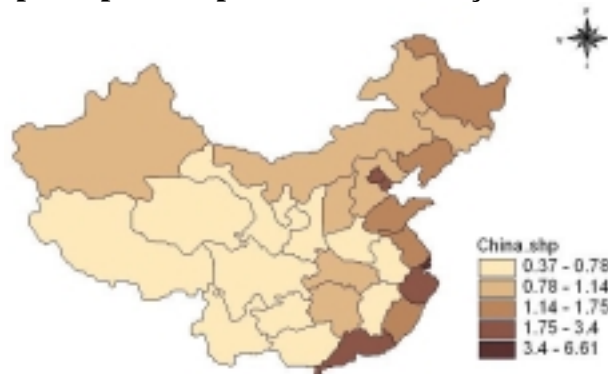
**Mapa 9: Renda per capita das províncias em relação a média nacional (1978)**



**Mapa 10: Renda per capita das províncias em relação a média nacional (1990)**



**Mapa 11: Renda per capita das províncias em relação a média nacional (1998)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Lu & Wang (2002)

### 3.2. UM MERCADO DE TRABALHO REGULADO

A liberalização econômica produziu rápidas mudanças nas economias regionais chinesas. As regiões mais favorecidas foram as costeiras, que apresentaram as maiores taxas de crescimento da renda e emprego. Como estas regiões foram preteridas durante o governo de Mao Tsetung, com a liberalização houve um *catching up* que gerou um aparente processo de convergência regional. Como observado, esse equalização regional escondia, de fato, uma política de crescimento desigual em favor de algumas regiões e não uma política de equalização regional.

Nessa reorganização espacial, o Estado chinês e as empresas multinacionais, particularmente aquelas sediadas em Hong Kong, Taiwan e Japão, jogaram um papel central. O objetivo desse tópico é comentar a importância do investimento direto estrangeiro, dos governos locais e central e das empresas chinesas nesse processo.

Para compreender a divergência de renda per capita entre regiões e províncias chinesas, algumas observações iniciais são necessárias. A China é um caso particular de reorganização espacial, pois há um rápido processo de aglomeração industrial em um ambiente com fortes restrições a mobilidade espacial da mão-de-obra. Logo, o processo de concentração, e certamente de dispersão, se dará por meio de uma maior migração de capital, ou seja, realocação espacial de empresas.

A imobilidade da mão-de-obra é, por certo, um determinante da organização espacial. Vale observar que as aglomerações industriais podem gerar imensas assimetrias nas estruturas regionais, mas isso não significa a existência que diferenças na renda real e bem estar das populações locais. Tais divergências só ocorrem se a mobilidade espacial de trabalhadores for regulada por forças extra-mercado, em outras palavras, se trabalhadores (e consumidores) não puderem se realocar espacialmente na busca de maiores salários reais e menores custo de vida regional. Esse é certamente o caso chinês. As políticas de desenvolvimento regional com forte viés pró-costa associadas a uma relativa imobilidade espacial da mão-de-obra é uma importante explicação para as crescentes disparidades de renda entre províncias, regiões e entre cidade e campo.

Por outro lado, essa imobilidade da população pode funcionar como uma força centrífuga. Crescentes concentrações industriais em regiões com mercados de trabalho fixos tendem a elevar os salários reais e gerar um processo de dispersão espacial em um período seguinte. Assim, em um segundo momento pode ocorrer alguma desconcentração industrial. Sendo esse argumento correto,

a China é um país que se encontra ainda na primeira fase desse processo. A questão a ser colocada é: quando tempo levará para a China entrar nessa segunda fase caracterizada pela dispersão espacial decorrente de elevados salários reais?

Para o caso chinês, uma resposta seria a capacidade das províncias de realocar mão-de-obra das atividades agrícolas para as atividades industriais e saber se os mercados de trabalhos continuarão regulados por forças extra-mercado.

Sobre a capacidade de realocação de mão-de-obra urbano-rural, Fujita e Hu (2001) observam que o censo populacional chinês de 1990 mostra um baixo índice de migração: apenas 3.2%. Citam ainda que em 1985 a relação entre a população costeira e do interior era de 0.70 e o mesmo valor foi encontrado nas estatísticas oficiais de 1994. Portanto, a China é um caso em que a mão-de-obra tem baixa mobilidade espacial; um resultado dos controles exercidos pelo governo central sobre a população.

Fujita e Hu (2001) notam também que em 1990 80% da população que migrou, o fez do campo para a cidade e manteve-se na mesma província. Essa capacidade das províncias de suprir as indústrias com vasta quantidade de trabalhadores decorre do excesso de mão-de-obra agrícola, o que posterga a dispersão inter-provincial. E ainda, algumas estimativas não-oficiais indicam que em 1994 o excedente de mão-de-obra nas atividades rurais (agrícolas) estava entre 240 a 360 milhões de habitantes, ou seja entre de 45 a 60% da mão-de-obra rural. Portanto, a polarização industrial chinesa pode continuar por longos períodos antes que as forças centrípetas passem a atuar de forma dominante.

Na tabela 10 a China está dividida em região costeira e interior. Entre 1986 e 1995 houve uma queda generalizada na participação do emprego agrícola e uma expansão do emprego industrial, mas a relação entre as populações da costa e do interior manteve-se relativamente estável. A rápida expansão do emprego industrial na costa foi um resultado da realocação de mão-de-obra intra-regional, e mais especificamente intra-província. Na costa essa realocação foi tão intensa que gerou uma queda absoluta no emprego agrícola. Enquanto que no interior o emprego agrícola caía de 66% para 59% do total (-7%), na costa a queda era mais acentuada: de 54 para 45 (-9%). Vale observar que essas estimativas subestimam o peso das atividades indústrias, pois na região costeira há uma vasta quantidade e variedade de empresas manufatureiras rurais, montante muito superior as empresas rurais localizadas no interior.

**Tabela 10: Mudanças no emprego (1986-1995, 1000 trabalhadores)**

	Região Costeira			Interior		
	1986	1995	Variação	1986	1995	Variação
Total	221 135	263 616	42 481	291 687	360 256	68 569
Agricultura	119 828	117 719	-2 109	193 278	212 453	19 175
Indústria	47 999	58 871	10 872	41 805	51 055	9 250
	Região Costeira (%)			Interior (%)		
	1986	1995	Variação	1986	1995	Variação
Total	100	100	19	100	100	
Agricultura	54	45	-9	66	59	-7
Indústria	22	22	0	14	14	0
Relação Costa/Interior		1986	1995			
Total		0,76	0,73			
Agricultura		0,62	0,55			
Indústria		1,15	1,15			

Fonte: Fujita &amp; Hu (2001)

Portanto, até o momento, parece existir um excedente de mão-de-obra rural passível de ser transferido das atividades agrícolas para industriais dentro de cada província, o que tende a dar uma maior sobrevida ao processo de concentração espacial costeira. A entrada na segunda fase do processo de concentração será ainda postergada e as discrepâncias nas estrutura econômicas regionais tendem a se ampliar. Caso ocorra uma liberalização da migração inter-províncias, a convergência das estrutura produtivas regionais se tornará ainda mais improvável, mas mais provável será a redução nas diferenças de renda regionais.

### 3.3. AS AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS

Esse tensionamento dos mercado de trabalho regionais depende, em grande medida, do volume de investimentos industriais. A indústria é a atividade produtiva que está determinando a reorganização espacial chinesa, pois os serviços estão atrelados a expansão industrial e a agricultura está perdendo peso relativo.

A distribuição dos investimento fixos entre a região costeira foi (e continua sendo) extremamente enviesada. No período 1984-1993 a razão do estoque de investimento fixos na região costeira em relação ao interior cresceu de 1.12 para 1.93, ou seja, no final do período o volume de investimentos na costa era duas vezes superior ao do interior. Durante esse mesmo período a

população dessas duas regiões se manteve relativamente estável, logo, o estoque de capital per capita na costa é o dobro do interior (tabela 11).

**Tabela 11: Distribuição dos investimentos em ativos fixos**

	Relação Costa/Interior	Coefficiente de Variação
1984	1.12	0.596
1985	1.12	0.596
1986	1.23	0.645
1987	1.38	0.711
1988	1.48	0.744
1989	1.49	0.605
1990	1.44	0.714
1991	1.47	0.726
1992	1.63	0.820
1993	1.79	0.841
1994	1.93	0.851

Fonte: Fujita & Hu (2001)

Os investimentos diretos estrangeiros são os que apresentam o maior viés pró-região costeira. No período 1984-1993, 80% desses investimentos se localizaram na costa e 42% estavam em 4 cidades nas ZEE e 14 cidades abertas. As indústrias que apresentaram os maiores índices de aglomeração costeira foram: têxteis e vestuários, móveis, fibras, máquinas não-eletrônicas, equipamento elétrico, eletrônico e de telecomunicações, produtos de metal, borracha e plásticos (tabela 12) (Fujita & Hu, 2001; Zhang, 2002).

De modo geral, a grande maioria das indústrias apresentou elevados e crescentes índices de aglomeração espacial costeira, e o investimento direto estrangeiro voltado ao comércio exterior foi o principal determinante dessas aglomerações. Por exemplo, a indústria têxtil e de vestuários (a principal base exportadora da China), é uma “indústria leve” (produtos homogêneos, intensiva em mão-de-obra e com tecnologia difundida) e, portanto, mais propensa a dispersão espacial. Contudo, na China, há uma intensa concentração espacial costeira. Os produtos eletrônicos também apresentam elevada concentração espacial, mas essa concentração era prevista dada a peculiaridade da tecnologia, a elevada demanda por insumos importados e a produção voltada à exportação. A indústria de transporte é mais dispersa e ainda dominada por empresas estatais localizadas em Jilin e Hubei, mas há crescentes investimentos estrangeiros na região costeira que tendem a mudar rapidamente a distribuição espacial dessa indústria (tabelas 12 e 15).

**Tabela 12: Produção industrial (costa / interior)**

	1985	1991	1994	Províncias Líderes em 1994			
Alimentos, bebidas e tabaco	0.67	0.71	0.85	SD	GD <sup>1</sup>	JS	YN*
Móveis	0.78	0.98	1.23	GD <sup>1</sup>	SD	JS	BJ
Papel	0.85	0.90	0.96	GD <sup>1</sup>	SD	JS	ZJ <sup>1</sup>
Fármacos	1.25	1.14	1.10	GD <sup>1</sup>	JS	SH <sup>1</sup>	SD
Produtos Ferrosos	1.25	1.14	1.10	JS	GS*	LN	SH <sup>1</sup>
Produtos Não-ferrosos	0.92	0.73	0.81	SD	GD <sup>1</sup>	JS	ZJ <sup>1</sup>
Metalurgia	0.80	0.85	1.01	JS	GD <sup>1</sup>	SD	SH <sup>1</sup>
Equipamento de Transporte	0.90	0.93	0.99	SH <sup>1</sup>	JS	UB*	JL*
Processamento de Petróleo	1.56	1.26	1.19	LN	SD	GD <sup>1</sup>	HL*
Fibras Químicas	1.78	1.61	1.75	JS	SH <sup>1</sup>	GD <sup>1</sup>	ZJ <sup>1</sup>
Borracha e Plástico	0.92	1.05	1.25	GD <sup>1</sup>	JS	SD	ZJ <sup>1</sup>
Têxteis	1.16	1.28	1.59	JS	ZJ <sup>1</sup>	SD	SH <sup>1</sup>
Vestuário	0.93	1.25	1.54	GD <sup>1</sup>	JS	ZJ <sup>1</sup>	SH <sup>1</sup>
Química	0.85	0.91	1.01	JS	SD	GD <sup>1</sup>	SH <sup>1</sup>
Máquinas	0.89	0.95	1.17	JS	SD	SH <sup>1</sup>	LN
Material Elétrico	1.08	1.23	1.37	GD <sup>1</sup>	JS	SH <sup>1</sup>	ZJ <sup>1</sup>
Equipament.Eletrônicos & Telecom.	1.29	1.52	1.74	GD <sup>1</sup>	JS	SH <sup>1</sup>	BJ

(\*) Interior: Yunnan (YN), Gansu (GS), Hubei (UB), Jilin (JL), Heilongjiang (HL)

(1) Primeiras ZEE: Fujian (FU), Shanghai (SH), Guangdong (GD), Zhejiang (ZH) e Hainan.

Fonte: Fujita & Hu (2001)

Diversamente dos investimentos privados, os investimentos do governo central apresentaram um limitado viés costeiro. No período 1986-1994, a relação entre investimento na costa e no interior se manteve estável e próxima a 1, ou seja, uma distribuição igualitária. Contudo, nesse mesmo período, a participação do governo central no investimento total foi reduzida de 54% para apenas 38% do total dos investimentos públicos, enquanto que os investimentos dos governos locais cresceram para 62% (tabela 13).

Devido as mudanças institucionais patrocinadas pelo governo central, os governos locais costeiros foram capazes elevar o volume de investimentos muito acima do permitido às províncias do interior. Como resultado, em 1994 os investimentos dos governos costeiros superaram os do interior em 60% e estes representavam 62% do total público chinês. Logo, a descentralização do gasto público definiu o viés pró-região costeira. (tabela 13).

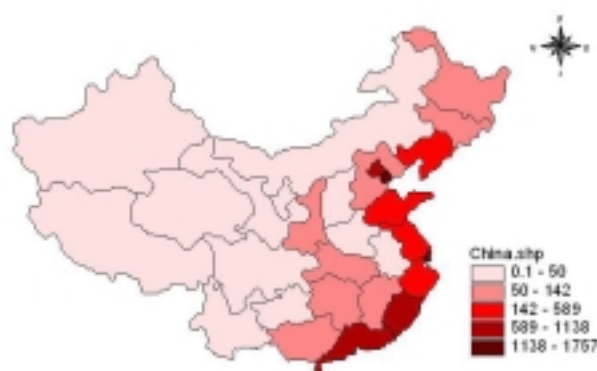
A industrialização da costa levou a uma mudança no comércio internacional chinês. Até 1985 a participação de produtos primários na pauta de exportações era de 50% e, em 1994, essa participação tinha sido reduzida para menos de 20% do total exportado. Essa mudança na pauta de exportação foi o resultado da combinação de investimento direto estrangeiro com um política

econômica que cobrava um desempenho exportador das multinacionais. Para cumprir as metas ditas pela política econômica, as multinacionais optaram por se localizar na costa chinesa. Assim, estabeleceu-se uma ligação entre o modelo de crescimento puxado pelo setor exportador e uma “vantagem natural” costeira (tabelas 14 e 15).

A tabela 14 ilustra este viés regional do modelo econômico chinês. Em 1985, a região sudeste (onde estavam localizadas as primeiras e mais importantes ZEE) respondia por 49% das exportações totais, 71% das importações e 74% do IDE chinês. Em 1998, a parcela das exportações já estava próxima dos 77%, as importações eram 74% do total nacional e o IDE mantinha-se ainda próximo dos 68%.

A tabela 15 apresenta a participação da região sudeste na produção industrial de alguns setores industriais. A participação do sudeste é majoritária e crescente nos setores têxteis, de vestuário, fabricação de móveis, papel e celulose, fibras químicas, borrachas e plásticos, produtos metálicos, máquinas elétricas e mecânicas e equipamentos eletrônicos, de telecomunicações e de automação de escritórios e comercial. Em geral, a participação do sudeste é pequena apenas nos setores onde predominam atividades intensivas em recursos naturais ou em setores típicos da industrialização pesada. Quanto aos setores industriais voltados à exportação ou que fazem parte do complexo eletrônico, a predominância da região sudeste é, em modo geral, acima dos 60%.

**Mapa 12: Investimento direto estrangeiro per capita (2000)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhang (2002)

**Tabela 13: Distribuição dos investimentos do governo central e local**

	Distribuição dos Investimentos Estatais		Invest. Costa / Invest. Interior	
	Central	Local	Central	Local
1986	0.54	0.46	1.00	1.31
1988	0.55	0.45	n.d.	n.d.
1990	0.54	0.46	1.09	1.47
1992	0.45	0.55	n.d.	n.d.
1994	0.38	0.62	0.94	1.59

Fonte: Fujita &amp; Hu (2001)

**Tabela 14: Distribuição regional das importações, exportações e IDE (1985-1998)**

	Sudeste	Resto do Leste	Central	Oeste
Exportações				
1985	0.49	0.35	0.13	0.04
1987	0.53	0.25	0.16	0.03
1990	0.57	0.23	0.13	0.02
1993	0.71	0.13	0.12	0.04
1995	0.73	0.15	0.09	0.04
1998	0.77	0.13	0.07	0.03
Importações				
1985	0.71	0.16	0.09	0.04
1987	0.68	0.17	0.09	0.05
1990	0.73	0.13	0.10	0.05
1993	0.71	0.16	0.09	0.04
1995	0.69	0.19	0.08	0.05
1998	0.74	0.17	0.05	0.04
IDE				
1985	0.74	0.16	0.05	0.05
1987	0.66	0.23	0.03	0.08
1990	0.74	0.20	0.04	0.02
1993	0.73	0.14	0.09	0.04
1995	0.74	0.14	0.09	0.03
1998	0.68	0.19	0.10	0.03

Fonte: Gao (2002)

**Tabela 15: Participação da região sudeste na produção industrial (1985-1997)**

	1985	1989	1993	1997	97/85
<b>EXTRAÇÃO MINERAL</b>					
Mineração de Carvão	11.9	11.7	18.8	18.6	6.7
Extração de Petróleo e Gás	19.5	20.2	16.9	23.5	4
Metalurgia de Metais Ferrosos	25.6	26.8	25.5	18.9	-6.7
Metalurgia de Metais Não-ferrosos	17.7	19.5	21.7	20.6	2.9
Metalurgia de Outros Metais Não-ferrosos	39.3	40	40.4	33.4	-5.9
Mineração de Sal	28.9	33.7	nd	nd	nd
Extração de Madeira	10.1	12.5	14.2	13.6	3.5
<b>INDÚSTRIA</b>					
Alimentos, Bebidas e Tabaco	31.7	36.6	42.8	40.4	8.7
Rações para Animais	nd	45.1	nd	nd	nd
Têxteis	52.6	55	66.1	63.7	11.1
Vestuário	44.1	53.8	71.7	72.9	28.8
Produtos Derivados do Couro	40.8	52.2	69.6	71.5	30.7
Processamento de Madeiras	31.9	35.6	47.3	45.6	13.7
Móveis	42.3	48.4	55.8	52.1	9.8
Celulose, Papel e Derivados	37.1	39.8	48	50.8	13.7
Impressão e Gráfica	nd	39.4	41.8	46.8	nd
Materiais para Educação e Esportes	nd	69.6	75.7	83	nd
Processamento de Petróleo	27.2	38	37.3	36.5	9.3
Processamento de Gás	36.4	38.6	45.8	45.1	8.7
Produtos Farmacêuticos	40.6	39	45.7	43.9	3.3
Fibras Químicas	57.7	61.4	74.5	74.5	16.8
Borrachas	40.9	43.3	52	56.5	15.6
Plásticos	56.1	59.1	66	66.1	10
Material de Construção e Outros Metais Não-ferrosos	36.6	40.8	46.1	41.9	5.3
Fundição de Metais Ferrosos	26	27.5	30.5	32.5	6.5
Fundição de Metais Não-ferrosos	28.6	27.9	35.1	32.1	3.5
Produtos Metálicos	45.2	47.9	54.2	58.2	13
Máquinas Mecânicas	40.3	43.1	49	52.7	12.4
Equipamento de Transporte	27.4	28.5	39.1	44.9	17.5
Máquinas Elétricas	51.4	51.4	62.7	68.3	16.9
Produtos Eletrônicos e Telecomunicações	57.4	54	68	66.5	9.1
Instrumentos e Equipamento de Escritório	nd	44.6	49.8	70.8	nd
Outras Manufaturas	nd	52.8	nd	nd	nd
<b>ENERGIA</b>					
Geração de Energia Elétrica, Água e Gás	26.1	32.6	nd	41.9	15.8
Energia Elétrica, Água Quente e Vapor	nd	39.2	nd	51.4	nd

Fonte: Gao (2002)

### 3.4. DESIGUALDADES NA ECONOMIA RURAL

Para revitalizar a economia rural, em 1978 foram implementadas reformas no campo que incluíram a descoletivização, liberalização de preços e criação de mercados para excedentes agrícolas. Em um primeiro momento essas reformas reduziram significativamente a desigualdade campo-cidade, mas não resolveram o problema. A rápida expansão das economias urbano-industriais foram capazes de recolocar a desigualdade campo-cidade no topo das desigualdades chinesas (gráfico 7).

Um segundo determinante das disparidades de renda rural foi o surgimento das empresas coletivas rurais. Essas empresas eram organizadas por governos municipais que contratavam trabalhadores rurais para a fabricação de produtos com baixo conteúdo tecnológico e intensiva em mão-de-obra. Não obstante a elevada heterogeneidade produtiva e tecnológica, essas firmas formaram uma ampla base manufatureira e industrial no campo e passaram a ser responsáveis por parcelas crescentes da renda rural. Em 1978, 76 % da renda rural era resultado de atividades agrícolas, já em 1994 essa parcela tinha caído para 26%, enquanto que as empresas coletivas e privadas rurais passaram a gerar, respectivamente, 50 e 24% da renda rural (tabela 16). Em suma, o rural industrializou-se (Chan & Chan, 2000; Fujita & Hu, 2001).

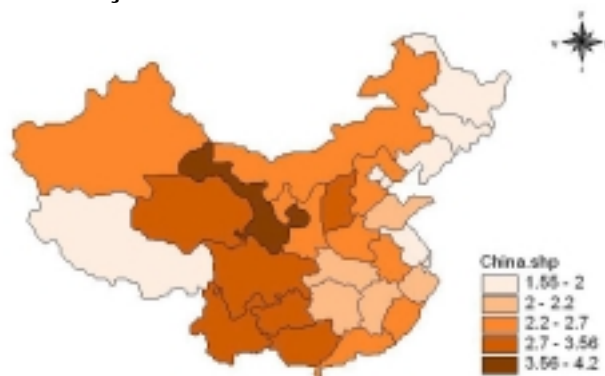
Já em um segundo momento (pós 1985), os efeitos das reformas tenderam a se exaurir e a renda rural a se estabilizar. Contudo, a expansão acelerada das ZEE e cidade abertas gerou uma forte atração de investimentos que consolidou na área urbana um parque industrial mais competitivo que o rural. Dada a então baixa mobilidade de mão-de-obra, criou-se uma tendência ao aumento de salários urbanos, em particular nas regiões costeiras. Também contribuiu para esse aumento da desigualdade o fim de transferências fiscais para áreas rurais e a volta do controle de preços de produtos agrícolas e primários (mapas 13 e 14).

Além das disparidades de renda urbano-rurais, verificou-se também crescentes desigualdades intra-rurais que resultaram de diferenças de produtividade agrícola e performances das empresas coletivas rurais. As tabelas 17 e 18 apresentam a evolução da economia rural em diferentes áreas da China. Tal qual nas atividades urbano-industriais, a região costeira tendeu a ampliar sua participação no produtos: de 55% em 1986 para 64% em 1994, enquanto que as regiões central e oeste perderam posições relativas.

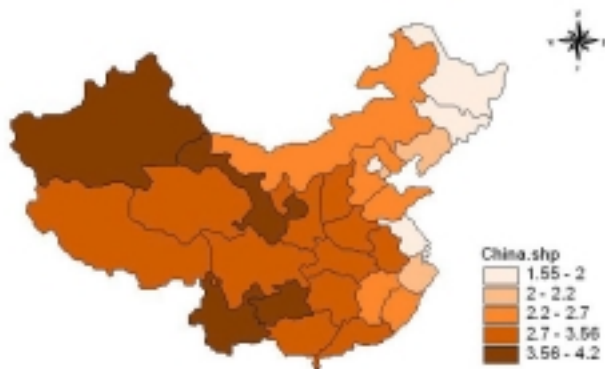


A elevada participação da região leste decorre, em um primeiro momento, das condições e geográficas que permitem uma maior produtividade agrícola. E é essa elevada produção agrícola que cria um excedente de mão-de-obra para as atividades manufatureiras. Logo, há um maior excedente agrícola na região leste e, portanto, um volume maior de trabalhadores nas atividades manufatureiras rurais.

**Mapa 13: Relação entre renda urbana e renda rural (1986)**



**Mapa 14: Relação entre renda urbana e renda rural (1995)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhao & Tong (2000)

**Tabela 16: Distribuição do produto rural  
(bilhões de yuan)**

	AP	ER	EC	EP
1978	75.8	24.2	24.2	nd
1980	76.5	23.5	23.5	nd
1985	57.0	43.0	32.3	10.7
1987	49.5	50.5	34.3	16.2
1988	48.2	51.8	34.8	17.0
1989	48.7	51.3	33.5	17.8
1990	42.3	57.7	37.6	20.0
1991	38.8	61.2	40.7	20.8
1992	30.4	69.6	46.4	23.2
1993	20.4	79.6	51.1	28.4
1994	26.1	73.9	50.0	23.9

AP: Atividades Primárias , ER: Empresas Rurais = (EC + EP),  
 EC: Empresas Rurais Coletivas , EP: Empresas Rurais Privadas.  
 Fonte: Chan & Chan (2000)

**Tabela 17: Distribuição das empresas rurais**

	Produto (%)		Renda (%)		Núm.de Firmas (%)		Emprego (%)	
	EC	EP	EC	EP	EC	EP	EC	EP
	1991							
Leste	74.8	50.3	77.1	52.6	48.2	38.9	61.5	41.7
Centro	17.8	36.1	16.2	30.1	35.2	40.6	26.1	39.6
Oeste	7.4	13.6	6.7	17.4	16.6	21.5	12.4	18.7
	1992							
Leste	76.2	52.6	79.4	53.3	48.0	39.5	62.4	42.2
Centro	16.8	35.1	15.0	30.2	35.8	39.3	24.8	39.8
Oeste	7.0	12.3	5.6	16.5	16.3	21.2	12.8	18.0
	1993							
Leste	75.2	54.3	79.0	58.6	47.2	45.2	62.5	42.1
Centro	17.4	33.8	14.3	28.0	36.2	43.6	27.3	39.5
Oeste	7.4	11.9	6.5	14.3	16.6	11.1	10.2	18.4
	1994							
Leste	73.5	51.6	76.7	54.9	45.3	38.5	60.8	48.6
Centro	18.7	42.4	10.2	27.6	38.0	41.0	26.1	40.6
Oeste	7.8	5.9	7.1	17.4	16.7	20.5	13.1	10.8

EC: Empresas Rurais Coletivas e EP: Empresas Rurais Privadas  
 Fonte: Chan & Chan (2000)

**Tabela 18: Distribuição do PIB rural (bilhões de yuan)**

	Total	Leste		Central		Oeste	
	PIB	PIB	%	PIB	%	PIB	%
1986	754	416.0	55.1	228.4	30.3	58.4	14.6
1988	1242	737.0	59.4	336.4	27.1	168.4	13.6
1989	1436	841.0	58.6	402.6	28.0	192.0	13.4
1990	1660	961.0	57.9	465.9	28.1	226.8	13.7
1991	1898	1142.0	60.2	501.2	26.4	254.0	13.4
1992	2536	1590.0	62.7	632.6	24.9	313.1	12.3
1993	3992	2585.0	64.8	950.2	23.8	456.8	11.4
1994	6135	3914.0	63.8	1510.4	24.6	710.6	11.6

Fonte: Chan & Chan (2000)

Chan & Chan (2000) estimaram a eficiência técnica das empresas rurais e encontraram elevadas diferenças regionais. As empresas do leste são as mais produtivas: sua produtividade supera em 18% a das empresas do centro e são o dobro da produtividade das empresas do oeste. Argumentam que essas performances estão relacionadas a três fatores básico: (1) o volume de investimento direto estrangeiro, (2) a qualificação da mão-de-obra, (3) e os esquemas de incentivos. Esse fatores tendem a favorecer o aumento de produtividade e são significativamente elevados na região do leste. O grau de coletivização das empresas não se apresentou relevante à produtividade (tabela 19 e gráfico 9).

Zhao & Tong (2000) observam que as elevadas diferenças de renda estão também relacionadas a transferência de renda das áreas rurais para as áreas urbanas. Três instrumentos são particularmente eficientes nesse processo: (1) os elevados subsídios ao setor urbano que são financiados (2) com elevados impostos sobre atividades rurais, além (3) dos ainda existentes controles de preços agrícolas praticados pelo estado (Fujita & Hu, 2000).

A reforma agrícola no início da abertura econômica não foi capaz sustentar a renda rural durante todo o processo. A industrialização voltada para o comércio exterior e puxada pela investimento direto estrangeiro favoreceu as regiões costeiras mais urbanizadas. Mesmo em desvantagem, a economia rural pode expandir-se e elevar a renda rural por meio de empresas manufatureiras coletivas. Aquelas economias rurais localizadas no entorno dos pólos urbano-industriais em expansão foram as que apresentaram melhor performance, o que tendeu a criar assimetrias de renda intra-rurais. A tabela 20 ilustra esses crescentes *gap* regionais de renda: no



período 1986-1995 a relação renda urbana / renda rural cresceu de 1.58 para 2.70, mas foram as regiões mais afastada da costa as que apresentaram as maiores assimetrias urbano-rurais: na região oeste a desigualdade urbano-rural cresceu de 2.76 para 3.54, enquanto na região leste essas relações passaram de 2.12 para 2.38. As províncias mais desenvolvidas do leste também apresentam elevadas diferenças entre o campo e cidade. Nessas províncias a desigualdade é em parte amenizada por um nível de renda mais elevado, o que não ocorre no centro e oeste da China. Em suma, as regiões mais atrasadas são as mais desiguais e onde a tensão social é, provavelmente, mais aguda.

### Gráfico 9: Características das cooperativas chinesas (1996)

Figure 2 The Degree of the Penetration of Shareholding Cooperative System



Figure 3 The Level of Foreign Investment Use



Figure 4 The Skill Level of Labour



Figure 5 The Extent to which Bonus Incentive Schemes are Used



Fonte: Chan & Chan (2000)

**Tabela 19: Eficiência técnica das empresas rurais coletivas (1995)**

Leste	0.79
Shanghai	1.00
Liaoning	1.00
Jiangsu	1.00
Shandong	0.97
Fujian	0.84
Zhejiang	0.82
Hebei	0.76
Tianjin	0.75
Guangdong	0.67
Guangxi	0.59
Beijing	0.55
Hainan	0.53
Centro	0.67
Hubei	0.86
Anhui	0.75
Hunan	0.75
Jiangxi	0.72
Heilongjiang	0.72
Henan	0.72
Jilin	0.56
Shanxi	0.52
Inner Mongolia	0.40
Oeste	0.40
Sichuan	0.54
Xinjiang	0.45
Guizhou	0.40
Shaanxi	0.39
Gansu	0.36
Qinghai	0.36
Yunnan	0.35
Ningxia	0.33

Fonte: Chan & Chan (2000)

**Tabela 20: Relação entre renda urbana e renda rural**

	1986	1995	95/86
<b>Média Nacional</b>	<b>1.58</b>	<b>2.70</b>	<b>1.12</b>
<b>Leste</b>	<b>2.12</b>	<b>2.38</b>	<b>0.26</b>
Hainan	1.58	3.36	1.78
Guangdong	2.47	2.81	0.34
Shandong	2.19	2.55	0.36
Hebei	2.27	2.38	0.11
Fujian	2.50	2.21	-0.29
Liaoning	1.83	2.14	0.31
Zhejiang	2.01	2.12	0.11
Tianjin	1.87	2.05	0.18
Jilin	1.77	2.00	0.23
Beijing	1.56	1.94	0.38
Jiangsu	1.96	1.94	-0.02
Shanghai	1.55	1.69	0.14
<b>Centro</b>	<b>2.14</b>	<b>2.58</b>	<b>0.44</b>
Yunnan	2.98	4.20	1.22
Guizhou	2.91	3.78	0.87
Shanxi	2.99	3.56	0.57
Sichuan	2.87	3.53	0.66
Guangxi	3.13	3.40	0.27
Hunan	2.12	3.37	1.25
Anhui	2.27	2.89	0.62
Henan	2.41	2.76	0.35
Hubei	2.11	2.74	0.63
Jiangxi	2.01	2.24	0.23
Heilongjiang	1.86	1.95	0.09
<b>Oeste</b>	<b>2.76</b>	<b>3.54</b>	<b>0.78</b>
Xinjiang	2.33	3.76	1.43
Gansu	3.74	3.67	-0.07
Ningxia	2.53	3.43	0.90
Qinghai	2.93	3.25	0.32
Shaanxi	2.33	2.79	0.46
Tibet	1.63	2.79	1.16
Inner Mongolia	2.39	2.45	0.06

Fonte: Zhao & Tong (2000)

### 3.5. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O novo no modelo econômico produziu, indiretamente, mudanças na estrutura urbana. Durante as décadas dos 50 a dos 70, uma das diretrizes governamentais que marcou a estrutura urbana chinesa foi a expansão das cidade médias e pequenas e a contenção das grandes metrópoles, particularmente Shanghai e Beijin. Essa expansão das cidades de menor porte seria acompanhada -

e estimulada – por uma industrialização que combinava reduzidas escalas de produção (*scaling down technology*) e crescimento da produção local (*scaling up village crafts*). Paralelamente, **estimulou-se o surgimento da manufatura nas regiões rurais, o que tendia a manter a dispersão populacional e “industrializar sem urbanizar”**. O resultado desse processo de dispersão foi muito limitado do ponto de vista industrial: em 1978 a China ainda era um país com 70% da população vivendo nas áreas rurais e fabricando produtos com baixa produtividade (Fan, 1997; Paine, 1980; Zhang, 2002) (tabela 21).

Com o novo modelo econômico, a política que favorecia a expansão das cidades médias localizadas no interior e a manufatura rural foram substituídas por uma política que construía espaços industriais costeiros com infraestrutura e organizações urbanas similares àquelas dos países ocidentais. A produção industrial deixaria de ser a de pequena escala, descentralizada e, eventualmente rural, e passaria a ser uma produção em larga escala, concentrada e urbana.

Inicialmente, a expansão da manufatura rural tendeu a manter a estrutura urbana estável com baixa migração urbano-rural. Contudo, a progressiva industrialização voltada para fora e puxada pelo investimento direto estrangeiro gerou uma crescente urbanização costeira marcada pelo surgimento de metrópoles industriais polarizadoras do crescimento econômico. O impacto desse processo de urbanização foi tão intenso que já no final dos anos 90 (e ainda com 64% da população nas áreas rurais) o governo central chinês incorpora explicitamente o urbano (as cidades) como referência para o desenvolvimento de economias regionais. Os centros urbanos passam a ditar, por exemplo, o desenho da infraestrutura de transportes, comunicação, distribuição de energia etc (Fan, 1997; Fujita & Hu, 2001; Zhang, 2002; Zhao, Chan & Sit, 2003) (tabela 21).

A tabela 22 apresenta a taxa de urbanização das províncias chinesas. Em 1982, os antigos centros urbano-industriais do nordeste chinês aparecem no topo da lista, tais como Heilongjiang, Liaoning e Tianjin. Em 2000, junta-se a esse grupo as províncias do sudeste e leste onde estavam localizadas as primeiras ZEE e cidade abertas. Guangdong é um caso exemplar: em 1982 essa província tinha somente 19% da sua população vivendo em áreas urbanas, já em 2000, mais de 50% passam a viver nas cidades. A ascensão da taxa de urbanização das províncias costeiras foi generalizada. Em 1982, apenas 23% da população das províncias costeiras era urbana, em 2000 esse número sobe para 44%. Na região central, para o mesmo período, a taxa de urbanização passa de 18 para 30%. Em 1982 a relação entre as taxas de urbanização da costa e do centro era de 1,27, em 2000 esse valor passa para 1,47.

**Tabela 21: Urbanização e crescimento econômico (1978-2000)**

Ano	Pop. (milhões)	Pop.Urb. (%)	Empregos Agrícolas (%)	PIB Real
1978	962.6	17.9	70.5	100.0
1979	975.4	19.0	69.8	106.1
1980	987.1	19.4	68.8	113.0
1981	1000.7	20.2	68.1	117.5
1982	1016.5	21.1	68.1	126.2
1983	1030.1	21.6	67.1	138.0
1984	1043.6	23.0	64.1	156.9
1985	1058.5	23.7	62.4	175.5
1986	1075.1	24.5	61.0	188.2
1987	1093.0	25.3	60.0	206.6
1988	1110.3	25.8	59.4	226.2
1989	1127.0	26.2	60.1	231.9
1990	1143.3	26.4	60.1	237.3
1991	1158.2	26.4	59.7	255.6
1992	1171.7	27.6	58.5	288.2
1993	1185.2	28.1	56.4	323.3
1994	1198.5	28.6	54.3	360.2
1995	1211.2	29.0	52.2	393.7
1996	1223.9	29.4	50.5	426.8
1997	1236.3	29.9	49.9	459.7
1998	1248.1	30.4	49.8	490.5
1999	1259.1	30.9	50.1	521.8
2000	1265.8	36.2	50.0	558.7
Crescimento Anual				
1978–2000	1.3	0.8	20.9	8.1
1978–1980	1.3	0.7	20.9	6.3
1981–1990	1.5	0.7	20.9	7.7
1991–2000	1.0	1.0	21.0	8.9

Fonte: Zhang (2002)

Essas relações entre urbanização e crescimento econômico podem ser também observadas correlacionando taxa de urbanização e renda per capita. Os gráficos 9 e 10 mostram que no decorrer do processo de abertura e industrialização a relação entre renda e grau de urbanização se intensifica. As províncias mais urbanizadas (as costeiras) são as que apresentam maiores rendas per capita. Os gráficos 11 e 12 mostram a relação entre investimento direto estrangeiro e taxa de urbanização e investimento direto estrangeiro e PIB per capita. Em todos esses casos há uma forte relação positiva entre essas variáveis. Dentre os determinantes da urbanização, Zhang (2002) afirma ser o investimento direto estrangeiro o mais importante.

Zhao, Chan & Sit (2003) acrescentam ainda que a urbanização da China perdeu o viés pró-cidades médias e pequenas. A expansão industrial fordista (elevada escala de produção, rígida e

mecanizadas) associou-se as indústrias pós-fordistas (baixa escala de produção, produção flexível, elevada divisão do trabalho e funcionamento em rede), assim, ambas tenderam a ampliar a vantagem relativa da grande cidade em relação aos pequenos e médios centros urbanos. Para ilustrar essa progressiva polarização urbana, os autores apresentam um rol de tabelas que caracterizam o crescimento dos maiores centros urbanos em relação aos menores.

**Tabela 22: População urbana, PIB e IDE per capita (1982 e 2000)**

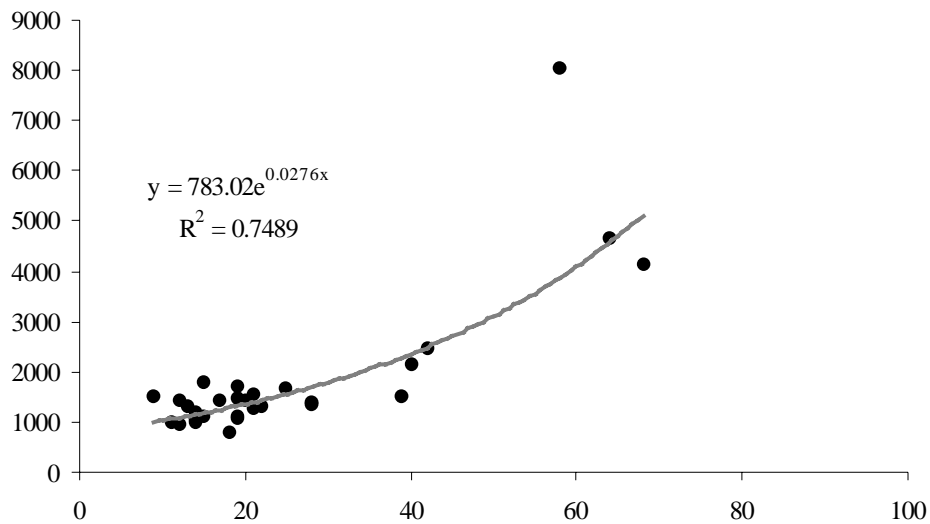
1982			2000			
Provincia	Pop.Urb.(%)	PIB per capita	Provincia	Pop.Urb.(%)	PIB per capita	IDE per capita
Tianjin*	68	4 148	Shanghai*	88	26 447	1 757
Beijing*	64	4 668	Beijing*	77	17 448	1 033
Shanghai*	58	8 043	Tianjin*	71	15 931	1 345
Liaoning*	42	2 471	Guangdong*	55	10 876	1 138
Heilongjiang	40	2 132	Liaoning*	54	10 717	349
Jilin*	39	1 518	Heilongjiang	51	8 578	100
Inner Mongolia	28	1 359	Jilin*	49	6 494	109
Xinjiang	28	1 396	Zhejiang*	48	12 555	239
Zhejiang*	25	1 675	Inner Mongolia	42	5 736	23
Ningxia	22	1 306	Fujian*	41	10 986	970
Fujian*	21	1 280	Jiangsu*	41	11 225	589
Shanxi	21	1 540	Hubei	40	6 901	107
Qinghai	20	1 431	Hainan*	40	6 409	906
Jiangxi	19	1 127	Shandong*	38	9 153	235
Guangdong*	19	1 723	Shanxi	34	4 850	46
Shandong*	19	1 486	Qinghai	34	4 950	5
Shaanxi	19	1 089	Xinjiang	33	6 895	20
Guizhou	18	778	Ningxia	32	4 597	35
Hubei	17	1 415	Shaanxi	32	4 482	84
Jiangsu*	15	1 805	Hunan	29	5 577	82
Gansu	15	1 105	Guangxi*	28	4 443	142
Henan	14	986	Anhui	27	4 937	50
Sichuan	14	1 067	Jiangxi	27	4 707	65
Hunan	14	1 201	Sichuan	26	4 770	48
Anhui	14	1 050	Hebei*	26	7 340	105
Hebei*	13	1 322	Gansu	24	3 734	19
Yunnan	12	945	Guizhou	23	2 742	11
Hainan*	12	1 423	Yunnan	23	4 435	29
Guangxi*	11	988	Henan	23	5 399	48
Tibet	9	1 522	Tibet	18	4 361	0.1
Reg.Costeira	23	1 894	Reg.Costeira	44	10 475	561
Reg.Central	18	1 199	Reg.Central	30	5 288	58
China	21	1 571	China	36	6 954	272

(\*) Região costeira.

Fonte: Zhang (2002)

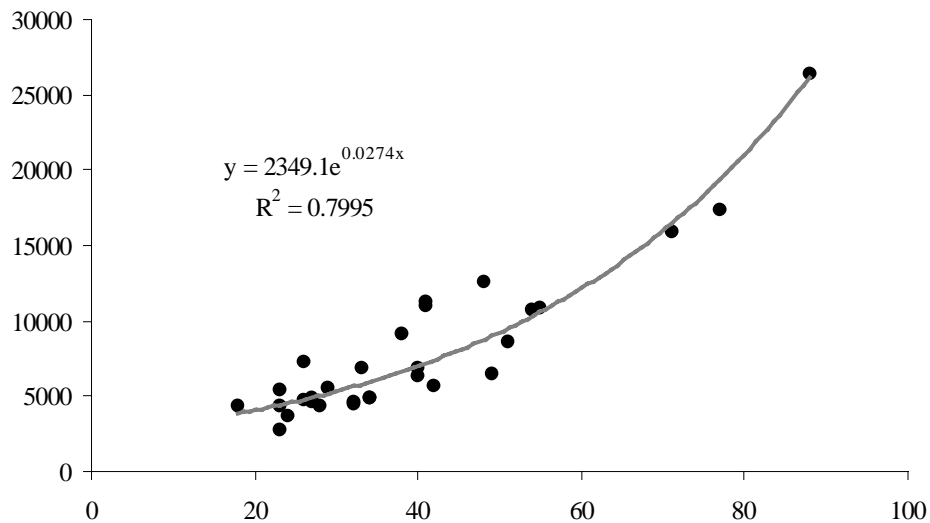


**Gráfico 10: Relação entre urbanização e renda per capita das províncias (1982)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhang (2002)

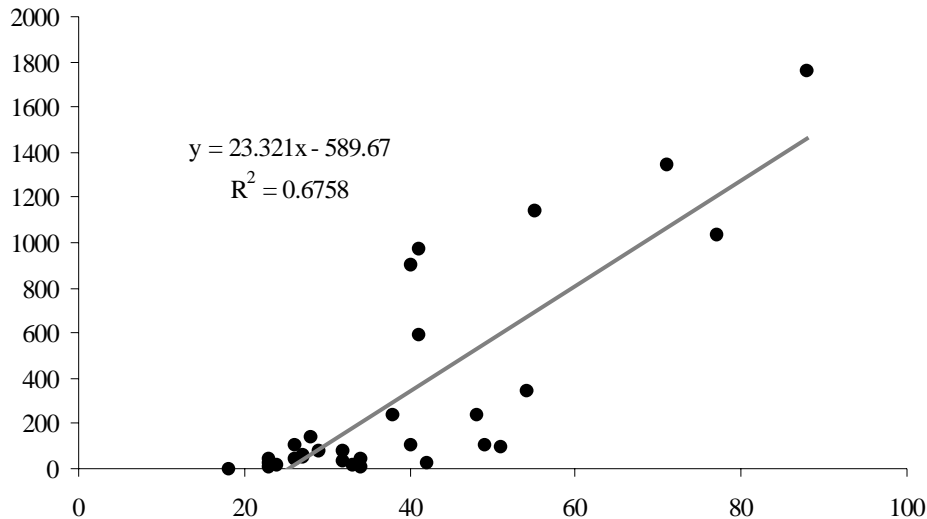
**Gráfico 11: Relação entre urbanização e renda per capita das províncias (2000)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhang (2002)

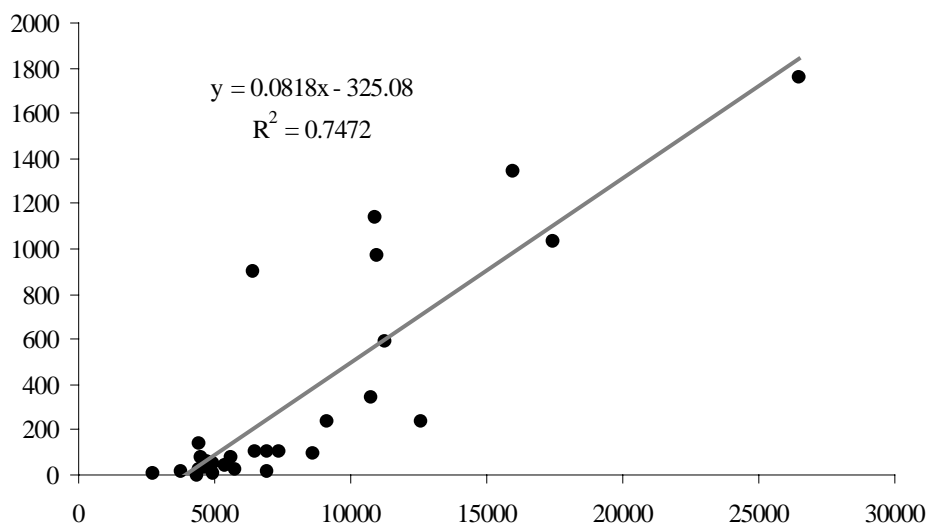


**Gráfico 12: Relação entre taxa de urbanização e IDE (2000)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhang (2002)

**Gráfico 13: Relação entre PIB per capita e IDE (2000)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhang (2002)

O viés pró-grande cidade não se deu em termos populacionais, mas sim em estoque de investimento. As grandes cidades passam a ser receptoras dos projetos mais intensivos em capital e mão-de-obra qualificada. Dado que as migrações são controladas pelo governo central e que existem políticas para contenção do crescimento das áreas urbanas de Beijing e Shanghai, era esperado uma expansão mais lenta desses centros urbanos em prol de outros pólos, em particular as novas cidades que surgiram nas zonas econômicas especiais no sudeste. A tabela 23 mostra a

elevada taxa de crescimento das cidades Classe 2, taxa superior a verificada para as cidades Classe 3, onde se encontram os mais antigos centros urbanos. A tabela 24 ilustra esse argumento mostrando a acelerada expansão de algumas cidades no delta do Rio Pearl no período 1990 a 2000. Em uma década surgiram 3 cidades da Classe 1 (Shenzhen, Foshan e Huizhou)!

**Tabela 23: População urbana por tamanho de cidade (1990 e 1999)**

Tamanhos	1990 (milhões)	1990 (%)	1999 (milhões)	1999 (%)	Cresc. Anual
Classe 1	62 639	53.1	81 744	52.5	3.0
Mega Cidades	34 500	29.2	50 213	32.2	4.2
Grandes Cidades	28 139	23.9	31 531	20.3	1.3
Classe 2	18 994	16.1	32 893	21.1	6.2
Classe 3	36 444	30.9	41 109	26.4	1.3
Total	118 077	100.0	155 746	100.0	2.9

Classe 1: acima de 1 milhão

Classe 2: de 0.5 a 1 milhão

Classe 3: de 0.2 a 0.5 milhão

Classe 4: abaixo de 0.5 milhão (não incluídas)

Fonte: Zhao, Chan & Sit (2003)

**Tabela 24: População urbana no delta do rio Pearl (milhões de habitantes)**

	Guangzhou	Shenzhen	Foshan	Dongguan	Huizhou	Pop. do Delta do Rio
População 1990	5.9	0.9	0.3	1.3	0.2	19.0
População 2000	9.9	7,0	5.3	6.4	3.2	40.0
Variação (%)	67.3	695.4	166.6	392.3	1500	211

Fonte: Zhao, Chan & Sit (2003)

As tabelas 25, 26 e 27 apresentam a relativa concentração de investimentos nas cidades de maior porte. Em 2000, as mega cidades são receptoras de 40% do investimentos fixos e direto estrangeiros e essas mesmas cidades passam a ter o maior índice de investimento por habitante. Em suma, **as grandes cidades são intensivas em capital, enquanto que as cidades menores passam a ser intensivas em mão-de-obra**. Não surpreende, portanto, a tendência das grandes cidades de serem aquelas que possuem maior renda per capita, pois são elas a sede das grandes multinacionais intensivas em capital e tecnologia. Para as cidades menores fica reservada uma posição secundária, como supridora e processadoras de produtos mais homogêneos, com tecnologia difundida e intensivos em mão-de-obra (Zhao, Chan & Sit, 2003).

**Tabela 25: Distribuição do investimento estrangeiro e fixo por cidade (1993-1999)**

Tamanhos	Investimento Fixo (%)			Investimento Estrangeiro (%)		
	1993	1999	Var.	1993	1999	Var.
Classe 1	39.9	57.8	17.9	39.0	58.3	19.3
Mega Cidades	24.4	39.8	15.4	27.4	40.6	13.2
Grandes Cidades	15.5	17.3	1.8	11.6	17.7	6.1
Classe 2	17.2	18.0	0.8	23.0	18.3	4.7
Classe 3	31.3	23.0	8.3	29.5	23.4	6.1
Total	100.0	100.0		100.0	100.0	

Fonte: Zhao&amp;Chan&amp;Sit (2003)

**Tabela 26: Investimento fixo por tamanho de cidade (1993-1999)**

Tamanhos	(100 milhões de yuan)			(yuan / habitante)		
	1993	1999	Cresc. Anual	1993	1999	Cresc. Anual
Classe 1	2536	7796	20.6	6417	18315	12.3
Mega Cidades	1550	5432	23.2	3692	10819	12.7
Grandes Cidades	986	2363	15.7	2725	7496	11.9
Classe 2	1096	2453	14.4	3175	7458	10.0
Classe 3	1989	3132	7.9	3272	7620	9.8
Total	6358	13638	8.9	15355	34240	9.3

Fonte: Zhao, Chan &amp; Sit (2003)

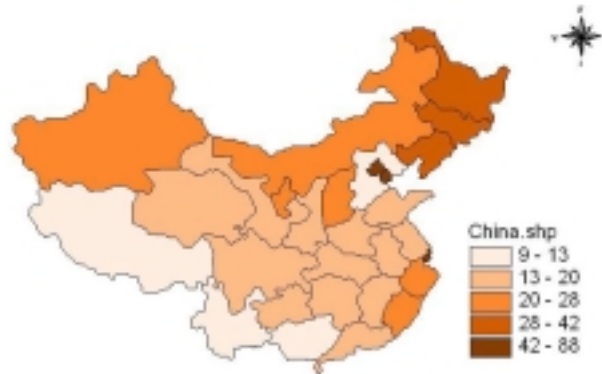
**Tabela 27: Investimento estrangeiro por tamanho de cidade (1993-1999)**

Tamanhos	(100 milhões de yuan)			(yuan / habitante)		
	1993	1999	Cresc. Anual	1993	1999	Cresc. Anual
Classe 1	120.9	170.5	7.1	348.4	392.9	2.4
Mega Cidades	85.0	134.3	9.6	223.3	275.8	4.3
Grandes Cidades	35.9	36.2	0.2	125.1	117.1	1.3
Classe 2	71.2	76.8	1.5	288.8	245.0	3.2
Classe 3	91.2	75.2	3.8	192.7	194.8	0.2
Total	309.8	329.7	1.4	898.9	848.9	1.1

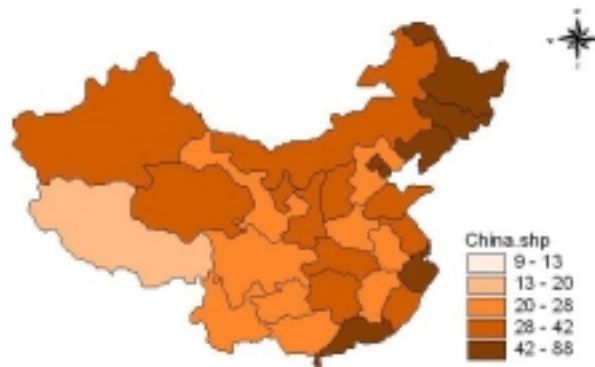
Fonte: Zhao, Chan &amp; Sit (2003)



**Mapa 15: População Urbana (% , 1982)**



**Mapa 16: População Urbana (% , 2000)**



Fonte: Elaboração própria a partir de Zhang (2002)

#### 4. LIÇÕES PARA O BRASIL

Comparar as políticas de desenvolvimento regional na China e aquelas praticadas no Brasil é, certamente, uma tarefa que envolve julgamentos parciais e juízos de valor. As realidades sociais chinesas e brasileiras são por demais distintas. Dito isso, e tomando-se toda precaução, pode-se selecionar alguns aspectos das políticas regionais chinesas que podem ser relevantes para o caso brasileiro:

**Lição 1:** Existem fortes conexões entre as políticas de desenvolvimento nacional e políticas de desenvolvimento regional. Não é possível formular políticas de desenvolvimento regional sem que esta esteja conectada e apoiada por um projeto de desenvolvimento nacional. Tentativas de desenvolvimento regional fora desse contexto correm um sério risco de se tornarem políticas de favorecimento de elites locais;

**Lição 2:** As políticas regionais devem ter coesão e transparência. Os agentes envolvidos devem estar cientes dos objetivos, limitações e instrumentos. A explicitação de regras permite o estabelecimento de metas, critérios de performance, correções de rumos e eventuais punições;

**Lição 3:** As estratégias de desenvolvimento regional lidam, em geral, com problemas estruturais: históricos. Essas políticas não podem ser delineadas para a solução de problemas conjunturais. O horizonte de planejamento, de instrumentação e de performance é o de longo prazo;

**Lição 4:** Como observado no caso chinês, a industrialização tem fortes efeitos centrípetos. A divisão do trabalho regional aceita, até certo ponto, a dispersão de atividades produtivas. Contudo, em certas atividades, a polarização regional é necessária e demandada pelos próprios agentes envolvidos. Sendo este o caso, políticas regionais compensatórias devem ser implementadas para evitar possíveis efeitos negativos sobre populações que apresentam baixa mobilidade espacial;

**Lição 5:** A industrialização desloca a análise das regiões para as áreas urbanas. A progressiva industrialização chinesa é urbanizadora; como parece ser o caso da quase totalidade das industrializações. Logo, não é espaço regional o articulador das políticas de desenvolvimento regional, mas sim as redes de cidades, a estrutura urbana. Essa lição não exclui políticas regionais com viés agrícola-rural, mas sinaliza a rede de cidades como uma referência para a políticas de desenvolvimento regional;

**Lição 6:** É interessante ressaltar que no caso chinês as dotações naturais de recursos não foram capazes de descentralizar a produção industrial, mesmo durante o governo de Mao Tsetung. Esse fato decorre dos modelos de desenvolvimento econômico adotados: (1) industrialização fordista, (2) industrialização exportadora intensiva em trabalho e seguida de uma outra, ainda em curso, (3) intensiva em tecnologia, flexível e com intensa divisão do trabalho. Dado esses modelos, era esperada a exclusão de regiões ricas em recursos naturais;

**Lição 7:** Devido ao fato dos modelos de desenvolvimento não serem espacialmente neutros ou igualitários, não há nenhuma tendência a convergência regional de renda e estruturas produtivas. A sucessão de padrões de industrialização e de políticas econômicas são, ao mesmo tempo includentes e excludentes. Portanto, políticas regionais compensatórias são necessárias;

**Lição 8:** Um ponto crucial no desenvolvimento regional chinês é a importância de se desenvolver instituições locais e regionais de desenvolvimento. As zonas econômicas especiais (e suas variações) fragmentaram o espaço chinês na tentativa de articular um modelo desenvolvimento. Não houve uma tentativa de homogenizar o espaço, pelo contrário, este foi politicamente diferenciado. A mesma fragmentação que gerou o desenvolvimento desequilibrado levou também à criação de outras instituições e políticas regionais que corrigissem falhas. De qualquer modo, as instituições jogaram um papel central na implementação de um novo modelo de desenvolvimento nacional e regional e na manutenção da coesão territorial chinesa.

## REFERÊNCIAS

- Bhalla, A. , Yao, S. & Zhang, Z. (2003).** Regional economic performance in China. *Economics of Transition Volume 11* (1) 2003, 25-39.
- Chan, H.L & Chan, K.T. (2000).** “The Analysis of Rural Regional Disparity in China”. *Asian Economic Journal* 2000, vol.14, n.1.
- Cheng, L.K. & Kwan, Y.K. (2000).** “What are the determinants of the location of foreign direct investment? The Chinese experience.” *Journal of International Economics* 51 (2000) 379–400.
- Démurger, S.; Sachs, J.D.; Woo, W.T.; Bao, S.; Chang, G.; Mellinger, A. (2002).** “Geography, Economic Policy, and Regional Development in China”. *National Bureau of Economic Research - Working Paper* 8897.
- Fan, C.C. & Scott, J.A. (2003).** “Industrial Agglomeration and Development: a survey of spatial economic issues in East Asia and a statistical analysis of Chinese Regions”. *Economic Geography* 79 (3): 295-319, 2003.
- Fan, C.C. (1995).** “Of belts and ladders: State policy and uneven regional development in post-Mao China”. *Annals of the Association of American Geographers* 85 (3): 421-449.
- Fan, C.C. (1997).** “Uneven Development and Beyond: Regional Development Theory in Post-Mao China”. *International Journal of Urban and Regional Research* 21:4 (620-640)
- Fujita, M. & Hu, D. (2001).** “Regional Disparity in China 1985-1994: the effects of globalization and economic liberalization”. *Annals of Regional Science* 35: 3-37.
- Gao, T. (2002).** “The impact of foreign trade and investment reform on industry location: the case of China”. *Journal of International Trade & Economic Development* 11:4 367–386.
- Gao, T. (2004).** “Regional industrial growth: evidence from Chinese industries”. *Regional Science and Urban Economics* 34 (2004) 101– 124.
- Gooley, J. (2002).** Regional patterns of industrial development during China’s economic transition. *Economics of Transition* 10 (3): 761-801.
- Gustafsson, B. & Shi, L. (2002).** “Income inequality within and across counties in rural China 1988 and 1995”. *Journal of Development Economics* 69 (2002) 179– 204.
- He, C. (2003).** Location of foreign manufacturers in China: Agglomeration economies and country of origin effects. *Papers in Regional Science* 82: 351–372.
- Hirschman, A.O. (1958).** *The Strategy of Economic Development*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Hsiao, C. & Gastanaga, V. (2001).** “Factors Affecting Foreign Direct Investment with an Analysis of the Disparity between the Coastal and Western Regions of China”. *Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies*, Vol. 4, No. 4 (2001): 479-493.
- Hunter, A. & Sexton, J. (1999)** *Contemporary China*. New York: Sant Martin Press.
- Jian, T.; Sachs, J.D.; Warner, A.M. (1996).** “Trends in Regional Inequality in China”. *National Bureau of Economic Research - Working Paper* 5412.

- Long Gen Ying, L. G. (2000).** “Measuring the spillover effects: Some Chinese evidence”. *Papers in Regional Science* 79, 75–89 (2000).
- Lu, M. & Wang, E. (2002).** “Forging Ahead and Falling Behind: Changing Regional Inequalities in Post-reform China”. *Growth and Change* 33 (1): 42-71.
- Marton, A.M.(1999).** *China’s Spatial Economic Development – Restless landscapes in the Lower Yangzi Delta*. London and New York: Routledge.
- Myrdal, G. (1957).** *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. London: Duckworth.
- Paine, S. (1983).** “Spatial Aspects of Chinese Development: issues, outcomes and policies 1949-1979”. *The Journal of Development Studies*. ???
- Song, S. & Zhang, K.H. (2002).** “Urbanisation and City Size Distribution in China”. *Urban Studies*, Vol. 39, No. 12, 2317–2327, 2002
- Sun, H. & Chai, J. (2004).** “Direct foreign investment and inter-regional economic disparity in China”. *International Journal of Social Economics* 25, 2/3/4.
- Wang, F. (2002).** “The Geography of the wages: Chinese cities 1989 and 1997”. *Asian Pacific Viewpoint*, vol.43 (2): 237-252, August 2002.
- Wei, S.J. & Wu, Y. (2001).** “Globalization and Inequality: evidence from within China”. *National Bureau of Economic Research - Working Paper* 8611.
- Wen, M. (2004).** “Relocation and agglomeration of Chinese industry”. *Journal of Development Economics* 73 (2004) 329– 347.
- Williamson, J.G. (1965).** “Regional Inequality and the Process of National Development: a description of a pattern”. *Economic Development and Cultural Change* 13 (4, Part 2): 2-45.
- Wei, Y. (1998).** Regional Inequality of Industrial Output in China, 1952 to 1990. *Geografiska Annaler* 80 B (1): 1-15.
- Wu, W. (1996).** “The Creation and Evolution of China’s Special Economic Zone Policy”. *Belo Horizonte, Revista Nova Economia*, vol.6 (2): 45-64.
- Ying, L.G.(1999).** “China’s changing regional disparities during the reform period”. *Economic Geography*, Jan.1999, v.75(1).
- Zhang, K.H. (2002).** “What Explains China’s Rising Urbanisation in the Reform Era?” *Urban Studies*, Vol. 39, No. 12, 2301–2315, 2002.
- Zhao, S.X.B.; Chan, R.C.K. & Sit, K.T.O. (2003).** “Globalization and the dominance of large cities in Contemporary China”. *Cities*, Vol. 20, No. 4, p. 265–278, 2003.
- Zhao, X.B. & Tong, S.P. (2000).** “Unequal Development in China: spatial disparities and regional policy reconsideration, 1985-1995”. *Regional Studies*, vol. 34 (6): 549-561.
- Zhou, Y. & Xin, T. (2003).** “An Innovative Region in China: interaction between multinational corporations and local firms in a high-tech cluster in Beijing”. *Economic Geography* 79 (2): 129-152.

## ANEXO 1: LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS DE DESENVOLVIMENTO ESPECIAIS EM 2004

### 1. ZONAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

As ETDZ (Economic Technological Development Zones – ETDZ, as antigas ZEE) são o centro da política de abertura econômica da China. São áreas espacialmente delimitadas (cidades ou regiões) com infraestrutura para investimentos direto estrangeiro, em particular o industrial. A idéia central é criar um micro-ambiente que reproduza as condições de produção que vigoram nos países desenvolvidos. Em geral, as empresas estrangeiras localizadas nessas ETDZ mantêm vínculos tecnológicos e comerciais com empresas chinesas localizadas no seu entorno e têm suas relações comerciais internacionais reguladas pela legislação específica da ETDZ. As ETDZ podem estar fundidas ou articuladas com Zonas de Processamento de Exportações, Zonas de Livre Comércio e Zonas de Desenvolvimento de Alta-tecnologia. Algumas ETDZ são Shanghai Lujiazui Finance and Trade Zone, Suzhou Industrial Park, Shanghai Pudong Jinqiao Export Processing Zone, Ningbo Daxie Development Zone, Xiamen Haicang Investment Zone, Yangpu Development Zone.

#### As Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológicos ou Zonas Econômicas Especiais:

Dalian	Qinhuangdao	Tianjin
Yantai	Qingdao	Nantong
Lianyungang	Shanghai Minhang	Shanghai Hongqiao
Shanghai Caohejing	Ningbo	Fuzhou
Guangzhou	Zhanjiang	Wenzhou
Kunshan	Yingkou	Weihai
Fuqing Rongqiao	Dongshan	Shenyang
Harbin	Changchun	Hangzhou
Wuhan	Chongqing	Wuhu
Guangzhou Nansha	Dayawan	Xiaoshan
Beijing	Urumchi	Hefei
Zhengzhou	Xi an	Chengdu
Kunming	Changsha	Guiyang
Nanchang	Shihezi	Huhhot
Yinchuan	Suzhou	Shanghai Pudong
Shanghai Lujiazui	Hainan Yangpu	Ningbo Daxiedao
Shanghai Jinqiao	Xiamen Haicang	Xining
Taiyuan	Lhasa	Nanning
Nanjing	Lanzhou	

Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)



**Mapa 1: Localização das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico**



Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

## 2. ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

Em 2000, o governo central chinês aprovou a criação de 14 ZPEs em cidades costeiras. Essas ZPE são similares as encontradas em países em desenvolvimento: são regiões monitoras e delimitadas pela alfândega chinesa. Este é mais um instrumento para ampliar o comércio internacional chinês a partir de investimentos diretos estrangeiros.

### As Zonas de Processamento de Exportação:

Dalian	Tianjin	Yantai
Huichun	Beijing Tianzhu	Weihai
Kunshan	Suzhou	Shenzhen
Shanghai Songjiang	Hangzhou	Chengdu
Xiamen Xinglin	Guangzhou Wuhan	

Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

**Mapa 2: Localização das Zonas de Processamento de Exportação**



Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

### 3. ZONAS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA FRONTEIRIÇAS

Em 1992 foram criadas 14 BECZ (Border Economic Cooperative Zone - BECZ). Essas áreas econômicas estão localizadas em cidades nas fronteiras da China e as atividades desenvolvidas são comércio e processamento industrial para re-exportação. A criação dessas cidades teve como motivação o controle das fronteiras e a inclusão de minorias nacionais.

**As Zonas de Cooperação Econômica Fronteiriças:**

Heihe	Huichun	Manzhouli
Dandong	Yining	Tacheng
Bole	Pingxiang	Dongxing
Ruili	Wanting	Hekou
Erlanhaote	Suifenhe	

Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

**Mapa 3: Localização das Zonas de Cooperação Econômica Fronteiriças**



Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

#### 4. ZONAS DE LIVRE COMÉRCIO

As Zonas de Livre Comércio (Free Trade Zone – FTZ) são especializadas em operações de conexão comercial, estocagem e distribuição internacionais dentro de áreas delimitadas. Operações com reprocessamento são permitidas. Atualmente existem 12 zonas de livre comércio em funcionamento na China.

##### As Zonas de Livre Comércio:

Shantou	Xiamen Xiangyu	Haikou
Dalian	Qingdao	Zhangjiagang
Shanghai Waigaoqiao	Ningbo	Fuzhou
Zhuhai	Tianjin	Shenzhen

Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

**Mapa 4: Localização das Zonas de Livre Comércio**



Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

## 5. ZONAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE ALTA-TECNOLOGIA

Essas áreas de desenvolvimento industrial (National Hi-Tech Industrial Development Zone - HITZ) são programas de desenvolvimento regional onde participam apenas empresas chinesas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico. O exemplo mais próximo dessas zonas seriam alguns parques tecnológicos brasileiros exclusivos para empresas nacionais. Essas empresas não têm a obrigação de exportar, mas devem desenvolver e internalizar tecnologias. Existem 53 HIDZ em toda a China. Todas as províncias possuem pelo menos uma dessas áreas.

### As Zonas de Desenvolvimento Industrial de Alta-tecnologia:

ZhongGuanCun	Zhangjiang	Guangzhou
Shenzhen	Xi an	Harbin
Guilin	Zhuhai	Xiamen Huoju
Chengdu	Chongqing	MianYang
Kunming	Zhuzhou	Changsha
Urumchi	Baotou	Daqing
Jilin	Changchun	Shenyang
Anshan	Dalian	Tianjin
Shijiazhuang	Baoding	Taiyuan
Jinan	Weihai	Weifang
Zibo	Qingdao	Zhengzhou
Luoyang	Yangling	Baoji
Wuhan Donghu	Xiangfan	Hefei
Nanjing	Suzhou	Wuxi
Changzhou	Hangzhou	Nanchang
Fuzhou	Foshan	Zhongshan
Haikou	Guiyang	Nanning
Huizhou zhongkai	Lanzhou	

Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

## 6. PÓLOS TURÍSTICOS

Essas regiões (National Tourist and Holiday Resort - THR) foram escolhidas para o desenvolvimento da indústria de turismo. Investimento direto estrangeiro em equipamentos turísticos (parques, hotéis, áreas para convenções, serviços de apoio) são preferenciais. Existem 11 pólos turísticos já aprovados pelo governo central.

### Os Pólos Turísticos:

Qingdao Shilaoren	Taihu	Hangzhou Zhijiang
Hengshadao	Wuyishan	Meizhoudao
Guangzhou Nanhu	Beihaiyintan	Kunming Dianchi
Sanya Yalongwan	Yalong Bay	

Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

**Mapa 5: Localização dos Pólos Turísticos**



Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

## 7. ZONAS DE INVESTIMENTO TAIWANÊS

A criação das TIZ (Taiwanese Investment Zone - TIZ) é uma política da província de Fujian devido as intensas relações comerciais e culturais com Taiwan. Em 1989 foram aprovadas 3 TIZ: Fuzhou Taiwanese Investment Zone, Xilin Taiwanese Investment Zone, Haicang Taiwanese Investment Zone. Jimei tornou-se a quarta TIZ em 1992.

### As Zonas de Investimento Taiwanês:

Fuzhou	Xinglin
Jimei	Xiamen Haicang

Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

**Mapa 6: Localização das Zonas de Investimento Taiwanês**



Fonte: Associação Chinesa de Zonas de Desenvolvimento (<http://www.cadz.org.cn/en/>)

## **ANEXO 2: POLÍTICA TRIBUTÁRIA NAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS EM 2004**

Política tributária para Empresas Estrangeiras e Empresas Financiadas com Recursos Externos e Localizadas nas Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.

### **PART ONE: ENTERPRISES INCOME TAX RATE**

1. Productive enterprises. Tax rate: 15 percent

2. Non-productive enterprises. Tax rate: 30 percent

Among them:

(1) Knowledge intensive and technology intensive projects and Technology Development Center; Projects with a long investment period. Tax rate: 15 percent

(2) Export-oriented enterprises with its export value of the year equals or exceeds 70 percent of its output value of the same year after the exemption-reduction period is over. Tax rate: 10 percent

(3) Financial institutions with foreign operation capital above 10 million US\$ and an operation period of 10 years or more. Tax rate: 15 percent.

(4) Projects concerning energy, transportation, port or projections engorged by the governments. Tax rate: 15 percent.

### **PART TWO: PRE-WITHDRAW INCOME RATE**

1. Profits derived from interests, bonus stock, rent, licensing rights fees and other gains from various zones if foreign businessmen don't set up any organizations in Chinese territory (except those exemptions according to the laws). Tax Rate: 10 percent

2. For those provide advanced technology or preferential conditions. Granted an exemption by the approval of the state council or at a rate lower than 10 percent by the local government.

3. Profits derived from foreign-funded enterprises. Exempted.

### **PART THREE: THE EXEMPTION-REDUCTION PERIOD OF THE ENTERPRISE INCOME TAX**

(The operation period is over ten years, commencing from the year in which the enterprises make profits)

1. Productive enterprise, high-tech enterprises or technology development center. An exemption for the first and second year and a reduction by half from the third to fifth year.

2. The newly established enterprises undertaking transportation, electric power, water conservancy, postal service, broadcasting and television, etc in middle western regions. An exemption for the first and second year and a reduction by half from the third to fifth year.

3. Non-productive enterprises:

(1) In the Special Economic Zones, the service business enterprises with foreign operation capital above 5 million US\$ and an operation period of 10 years or more

(2) In the Special Economic Zones or other regions approved by the State Council, the financial institutions with foreign operation capital above 10 million US\$ and an operation period of 10 years or more. An exemption for the first year and a reduction by half from the second to third year.

4. Technology advanced enterprises. Granted a reduction by half for 3 more years as long as it remains advanced-technology-oriented after the exemption-reduction period is over.
5. Middle Western Areas. For the foreign-invested enterprises of encouraged type, it can enjoy an extended 3 years reduction at 15 percent income rate after the exemption-reduction period is over.
6. Enterprise that engaged in the construction of port and ducks with an operation period of 15 years and above. An exemption for the first to fifth year and a reduction by half from the sixth to tenth year.
7. Enterprises that engaged in agriculture, forestry and animal husbandry, and those in undeveloped border areas. By the approval of state supervising department, it continues to enjoy a reduction of 15 percent-30 percent of its due tax within 10 years after the exemption-reduction period is over; The agricultural specialty for the purpose of protecting the environment in middle western areas are granted an exemption from agricultural specialty tax within 10 years

#### **PART FOUR: REFUND OF TAX FOR REINVESTMENT**

1. The foreign investor of the enterprise with foreign investment that makes a direct reinvestment in their enterprise or in other enterprises scheduled to operate for a period of more than 5 years with foreign investment using profits obtained from their enterprises in return shall enjoy a refund of 40 percent of the paid income tax for the reinvestment.
2. If the reinvestment is made in an export or technology advanced enterprises; the investor shall enjoy the entire refund of the said income tax for the part of reinvestment.

#### **PART FIVE: CUSTOMS DUTIES**

1. Imported Equipment. The productive, constructive and managerial equipment, supplies and transferred goods in Free Trade Zones and Export Processing Zones are granted an exemption from customs duties and value-added taxes. For the foreign investment projects of encouraged type and limited type B which conform to "Guiding Catalogue for Foreign Investment Industries" and transfer their technology, the imported non-utility equipments (including the technology, Kit piece and spare parts imported with the equipments according to the contracts) within the total amount of investment will be exempted from duty and value-added tax except goods listed in "Non-duty-free Imported Goods Catalogue for Foreign Investment Projects".
2. Exported product. Exempted from export duties with the exception of those under state restriction; those products with its values increase by over 20 percent due to substantial processing may be exempted from export duties by the Customs as long as they are documented by the competent authorities concerned. The enterprises and managerial departments will enjoy an entire refund for the productive equipments, original material, spare and accessories parts, constructive supplies and office equipment purchased with Chinese territory

#### **PART SIX: VALUE-ADDED TAX**

1. Three types of rate at 17 percent, 13 percent, 6 percent respectively according to different products categories; granted exemption or reduction according to the national tax laws.

2. Exempted for the products sold in Special Economic Zones; common taxpayer is levied at rate of 6 percent.

**PART SEVEN: INVESTMENT ADJUSTING TAX OF FIXED ASSETS**

Exemption for investment of foreign-funded and foreign enterprises in Chinese territory

**PART EIGHT: URBAN HOUSE TAX**

Exempted

**PART NINE: CULTIVATED LAND USE**

Exemption for productive projects of foreign invested enterprises

**PART TEN: FOREIGN EXCHANGE CONTROL**

1. The foreign-invested enterprises are allowed to change RMB into foreign exchange in the regular projects.
2. The enterprises in Free Trade Zones and Export Processing Zones are allowed to reserve foreign exchange.
3. The banking grantee system is not implemented for the processing trade in Free Trade Zones and Export Processing Zones.

**PART ELEVEN: POLICES APPROVED BY THE LOCAL GOVERNMENT**

Each ETDZ has its own regulations.

Fonte: China Association of Development Zones.